UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -UnB

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação

A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: O CASO FINATEC

ÉRICA SANTANA NEVES

Brasília
2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA –UnB

Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação

A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: O CASO FINATEC

ÉRICA SANTANA NEVES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre

Orientador: Professor Doutor Luiz Gonzaga F. Motta
Linha de pesquisa: Jornalismo e Sociedade

Brasília

2010

Dedico esta dissertação a Vitor e aos meus filhos, Lucas e Laís.

Agradeço ao meu orientador Luiz Gonzaga Motta, pelas contribuições e pelo entusiasmo científico;

Aos colegas do grupo de pesquisa que estuda a construção do acontecimento jornalístico sobre a Crise da Universidade de Brasília em 2008, César Santos, Edemilson Júnior, Juliana Figueiredo e Thaís Linhares, pelos debates enriquecedores;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, por nos incentivarem a buscar sempre mais;

A Deus, pela minha vida;

A minha mãe, pelo amor e apoio incondicional nessa jornada.

RESUMO

Essa pesquisa tem por objetivo revelar como se estabeleceram as relações de poder político e simbólico entre os diferentes atores sociais e os mediadores profissionais na construção do acontecimento jornalístico sobre o Caso Finatec. Analisamos como a ação e performances das fontes pela defesa da sua versão na mídia influenciou a narrativa do *Correio Braziliense* sobre esse acontecimento. Para tanto, consideramos a atuação de quatro personagens principais: o representante da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), o advogado Francisco Caputo Neto; o promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ricardo Antonio de Souza; o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland; o *Correio Braziliense* e seus repórteres.

Através da análise de conteúdo, qualitativa e quantitativa, e da análise pragmática da narrativa das 43 matérias publicadas no *Correio Braziliense,* nos Cadernos Cidades e Política, entre os dias 24 de janeiro e 04 de abril de 2008, observamos que o grau de visibilidade das fontes, bem como o das suas versões é proporcional ao *status*, a hierarquia e ao poder que possuem na sociedade. O espaço que elas receberam ou ocuparam na narrativa reportada nas páginas do *Correio Braziliense* estava diretamente relacionado à suas posições sociais, bem como a sua funcionalidade.

Assim, concluímos que o promotor Ricardo Antonio de Souza, consciente do seu papel de *definidor primário* e *news promoters,* e do grau de confiança e importância que os jornalistas atribuem às informações fornecidas pelos profissionais da sua categoria- promotores e procuradores- atuou estrategicamente de modo co-construir e manter esse acontecimento em evidencia na mídia a fim de atender a interesses próprios/institucionais.

Palavras-chave: Acontecimento, *Correio Braziliense,* Finatec, narrativa jornalística, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

ABSTRACT

The main objective of this research is to expose how symbolic and power relations between social actors and professional mediators were established during the news coverage of the Finatec Case. We have analyzed the extent to which the sources' defense actions and performances have influenced the *Correio Braziliense* editorial line during this episode. Hence, we have considered four main characters: Francisco Caputo Neto, the Finatec representative and attorney; Ricardo Antonio de Souza, Public Prosecutor of the Federal District and Territories; Timothy Mulholland, Rector of Brasília University; the *Correio Braziliense* newspaper and reporters.

We used both qualitative and quantitative content analysis, and also a pragmatic analysis of 43 articles published in *Correio Braziliense*, in Politics and Cities sections, between January 24th and April 4th, 2008. It was noticed that the sources' visibility and their versions were associated to their status, hierarchical position and power in society. The space that they received in the articles was directly related to their social positions and functions.

Therefore, we can conclude that the prosecutor Ricardo Antonio de Souza was clearly conscious of his role as prime definer and news promoter, and of the importance that journalists attach to information provided by prosecutors and law professionals. This is why he acted strategically to construct and keep this event in constant evidence in order to attend to personal and institutional interests.

Keywords: Event, *Correio Braziliense*, Finatec, narrative journalism, Public Ministry of the Federal District and Territories

SUMÁRIO

INTRODUÇAO **1**

7

CAPÍTULO 1: A PESQUISA

1.1.Organização da Pesquisa **7**

1.2. Caso Finatec **7**

1.3. Contexto da Pesquisa **9**

1.3.1. A Crise da UnB em 2008 **9**

1.3.2. A Crise nas Universidades Brasileiras **10**

1.4. Objetivos da Pesquisa **14**

1.5. Pergunta da Pesquisa **16**

1.6. Hipóteses **16**

1.7. Objeto Empírico **16**

1.7.1. Objetos Empíricos de Análise **19**

1.8. Justificativa **20**

CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO **21**

2.1. Os Definidores Primários **26**

2.2. As Fontes: Influência e Visibilidade **28**

2.3. Relações entre Fontes e Jornalistas: Promoção e Montagem **35**

2.4. A Narrativa do Caso Finatec: conflitos **40**

2.4.1. Episódio **45**

2.4.2. As Personagens do Caso Finatec **48**

2.4.2.1. Os Antagonistas:Finatec e reitor Timothy Mulholland **52**

2.4.2.2. O Narrador: *Correio Braziliense* **53**

2.4.3. O Papel das fundações **54**

2.4.4. A Finatec e a Universidade de Brasília **55**

2.4.5. O Papel do Ministério Público **57**

2.4.5.1. O Ministério Público, os Promotores e as Superfontes **60**

2.5. Enfoques **66**

2.6. A Escolha do Meio **67**

CAPÍTULO 3: APRESENTAÇAO DOS DADOS **69**

3.1. Análise **72**

3.1.1. Janeiro 2008 **72**

3.1.2. Fevereiro 2008 **79**

3.1.3. Março 2008 **103**

3.1.4. Abril 2008 **112**

CAPITULO 4: METODOLOGIA **114**

CAPITULO 5: ANÁLISE **119**

5.1. Análise dos Dados **119**

5.1.1. Conteúdo **120**

5.1.2. Linha e Personagem-linha **121**

5.1.3. Aspas e Personagens-aspas **123**

5.1.4. Presença-período **125**

5.1.5. Foto-personagem **127**

5.2. Entrevistas **130**

5.2.1. Promotor Ricardo Antonio de Souza **131**

5.2.1.1.Perfil **132**

5.2.1.2.Perguntas **132**

5.2.1.3.Registro das Respostas **134**

5.2.1.4.Apontamentos **140**

5.2.2. Repórteres do *Correio Braziliense* **143**

5.2.2.1.Perguntas **144**

5.2.2.2.Registro das Respostas **145**

5.2.2.3.Apontamentos **147**

5.2.3. Chefe da Secom/UnB, Rodrigo Caetano **149**

5.2.3.1.Perguntas **149**

5.2.3.2.Registro das Respostas **150**

5.2.3.3.Apontamentos **152**

CAPITULO 6: CONSIDERAÇOES FINAIS **154**

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS **162**

ANEXO I. *Releases* divulgados pelo MPDFT **173**

ANEXO II. Matérias e Capas do *Correio Braziliense* **175**

ANEXO III. Matéria revista *Época* **236**

INTRODUÇÃO

Em 23 de janeiro de 2008, a assessoria de comunicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) publicava na seção "imprensa", do site do órgão, o *release*[1] intitulado "Ministério Público pede intervenção na Finatec**".** O comunicado de 27 linhas distribuídos em seis parágrafos sintetizava as informações prestadas pelos promotores de Justiça da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Ricardo Antônio Souza e Gladaniel Palmeira, durante coletiva de imprensa, sobre o pedido de destituição dos dirigentes da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec).

As informações que se tornariam notícia nos jornais do dia seguinte e destaque nos dias subseqüentes na imprensa local e nacional aparecem no segundo e no penúltimo parágrafo do *press release*. No dia seguinte, 24 de janeiro de 2008, o *Correio Braziliense* publicava, ainda sem muito alarde, na página 32 do *Caderno Cidades*, notícia sobre o caso sob o seguinte título "Prejuízo a ciência e tecnologia".

Em 11 parágrafos que totalizavam 177 linhas, o periódico informava que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios havia denunciado a Finatec à Justiça. Foi a primeira notícia sobre o assunto a ser veiculada no diário. Mais um fato novo e significante surgia em meio a uma multiplicidade de outros tantos. O acontecimento estava apresentado. Estavam lançadas as bases para a construção do acontecimento midiático sobre o Caso Finatec.

> O Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) denunciou à Justiça a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), vinculada à Universidade de Brasília (UnB). A entidade sem fins lucrativos é acusada de provocar prejuízos de mais de R$ 100 milhões aos cofres públicos ao se desviar

1 Os *releases* sobre o Caso Finatec publicados na seção Imprensa da página do MPDFT fazem parte do Anexo I desse trabalho.

> de função e atuar como entidade privada. A Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social pede, na ação, a destituição dos dirigentes da Finatec e de cinco professores (*Correio Braziliense, 24 de janeiro de 2008).*

No último parágrafo da primeira parte da matéria, o jornal revela que um dos maiores gastos da Finatec naquele ano havia sido o repasse de dinheiro para o pagamento da reforma do apartamento funcional que o reitor da Universidade de Brasília – UnB – Timothy Mulholland, ocupava.

Na segunda parte da matéria, em um *box* localizado no pé da página, intitulado "Finatec nega acusações", o jornal informa, somente no último parágrafo, que o reitor Timothy Mulholland não daria entrevistas e que o promotor Ricardo Antônio de Souza, da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público Federal e Territórios (MPDFT), disse não haver indícios de que Mulholland tivesse conhecimento ou autorizado os gastos da Finatec com as obras no imóvel funcional que ocupava na época.

A Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília Secom/UnB, no mesmo dia, a divulga nota oficial, intitulada "Reitoria da Universidade de Brasília", explicando que havia tomado conhecimento, pela mídia, da ação movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra a Finatec. Esclarece ainda que "seu relacionamento com as fundações de apoio, como é a Finatec, é absolutamente regular e ocorre dentro dos parâmetros legais em vigor".

Desde o primeiro momento, esse acontecimento teve a mídia como cenário e como foco. Todos os atores se posicionaram na e para a mídia: os promotores convocaram uma coletiva de imprensa para divulgar dados de uma investigação que ainda estava em curso com o objetivo de buscar nos *media* e na sociedade a legitimidade e o apoio para dar prosseguimento aos seus trabalhos.

Os acusados – Finatec e UnB- são informados pelos meios de comunicação das ações do MPDFT e é nela que eles se defendem. Novamente, a mídia aparece como lugar de batalhas, como mediadora e, conseqüentemente, com produtora e fornecedora de significados.

Na arena da mídia, cada ator busca dar visibilidade a sua versão. Atualmente, nenhum outro lugar é mais "visível" que a mídia: é nela que as coisas acontecem. É no seu e pelo seu espaço que os indivíduos atuam. Para Silverstone (2005:12), "É impossível escapar à presença, à

representação da mídia". Assim, quem deseja tornar um acontecimento público buscará apoio e espaço na mídia.

Rodrigo Alsina (2009:13), afirma que "na atualidade, a mídia estabelece parâmetros para delimitar os fatos que podem ser enquadrados como acontecimentos". Isso ocorre, segundo o autor, principalmente por conta da "morfologia da mídia", que precisa selecionar destaques em uma multiplicidade de assuntos.

Para Silverstone (2005:37), a mediação é a circulação de significados.

> A mediação envolve o trabalho de instituições, grupos e tecnologias. Ela não começa nem termina com um texto singular. Suas pretensões de fechamentos, o produto das ideologias e narrativas de notícias, por exemplo, são comprometidas no ponto de transmissão, pela certeza de que a próxima comunicação, o próximo boletim, a próxima história, o comentário ou a interrogação por vir levarão as coisas e os significados adiante e para outro lugar.

A mediação apresenta-se então como um processo indefinido, em constante movimento de produção e de significação. Por essa razão, os atores envolvidos na construção de um acontecimento sabem que o tempo e espaço midiáticos são fluídos e, deste modo, precisam ser rápida e continuamente ocupados já que a mídia pode, tanto ajudar na construção e na continuidade do acontecimento, como finalizá-lo**.**

Na batalha midiática, os jornalistas possuem papel de destaque, principalmente, por serem os responsáveis pelo reconto das versões apresentadas por esses atores. Os profissionais sabem que o fato bruto não é fato noticioso. Para se transformar em notícia, o fato precisa ser objetivado de acordo com a retórica jornalística e subjetivado de modo a ser compreensível para audiência e, portanto, descrito de diversas formas por diferentes vozes para que, finalmente, seja reestruturado pela narrativa jornalística.

Os jornalistas são os narradores da história do presente. Em suas narrativas, enquadram a realidade para entendê-la e, para explicá-la, reconfiguram-na através de seus relatos. Todos os dias, eles captam e reconstroem as versões sobre a realidade para apresentá-las ao público.

Para Sodré (2009:71), os jornalistas realizam uma "interpretação singularizante do fato" a partir de um "processo ordenado de versões". O autor considera ainda que as notícias factuais, resultado dessa ordenação, "implicam a construção do acontecimento segundo os parâmetros

jornalísticos de tratamento do fato", ou seja, uma prática que comporta apuração de dados e informações, entrevistas, redação e edição de textos.

Nas notícias escritas e publicadas diariamente, os jornalistas nos contam sobre as coisas do mundo, sintetizam os acontecimentos do presente, organizam o cotidiano, podem, às vezes, adiantar o futuro. Os jornalistas, segundo afirma Alsina (2009:11), são construtores da realidade ao seu redor. "Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, tornam-na uma realidade pública sobre o dia-a-dia". É a divulgação que torna a realidade coletiva.

Embora queiram se distanciar do papel de narrador, lembrando-se e imbuindo-se sempre que possível das almejadas objetividade e imparcialidade, os jornalistas, mesmo com a interferência editorial, são os autores das narrativas publicadas nos jornais. Não é por acaso que as matérias são assinadas.

Cada profissional imprime sua marca narrativa no texto. Afinal, os leitores precisam saber quem está lhes contando o quê sobre o 'mundo real', sobre os feitos e desfeitos da sociedade em um determinado momento histórico. Para o roteirista Syd Field, não existe narrativa pura, sem intervenção. "É, portanto, ingênuo – seja em um livro, em um roteiro ou no que for – alguém pretender compor uma narrativa – dramática ou a que for – sem mediação de percebedor, intérprete, selecionador ou organizador – Isto é, sem narrador". E no jornalismo não é diferente.

O jornalista é o narrador. As narrativas jornalísticas possuem uma retórica própria, e o lead é seu organizador. É de acordo com esse conjunto de regras que os jornalistas conferem coerência às narrativas e dão significado às suas histórias. Muniz Sodré (2009:24), afirma que a "fórmula retórica" das seis perguntas: quem, o quê, como, onde, como e por que, " é a seqüência germinal de toda narrativa e estrutura constante da notícia moderna". Por mais que o repórter tente apagar suas marcas da narrativa jornalística, é a sua apreensão do mundo que está sendo transcrita e repassada, ainda que ele tenha ouvido as versões de "todos os lados da história", a interpretação final é a do jornalista.

Atualmente é cada vez maior o entendimento de que o desdobramento do fato, o acontecimento, matéria-prima da notícia, é um "fenômeno social". São os profissionais do jornalismo que recortam e enquadram os fatos num discurso próprio, numa narrativa própria, em espaços e tempos próprios. O jornalista não "retrata a realidade", mas através da mídia, diz o que é real. O teórico espanhol Miquel Rodrigo Alsina (2009:12) define o jornalista como "um

produtor da realidade social" e a notícia como "a narração de um fato ou o reescrever de uma outra narrativa", enquanto que o acontecimento é "a percepção do fato em si ou da notícia" O autor afirma que a atividade jornalística é um papel socialmente legitimado para gerar construções da realidade publicamente relevantes. Os leitores, através de um "contrato pragmático fiduciário social" tomam como verdade aquilo o que lhes é dito pelos jornalistas. Rodrigo Alsina afirma que:

> Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social. Precisamos levar em conta que, em qualquer relação comunicativa, são estabelecidos uma série de contratos pragmáticos com os destinatários para que eles façam uso adequado do discurso, do ponto de vista do comunicador. O destinatário saberá qual é o intuito da mensagem, como pode ser usada e também os efeitos que pode gerar. No caso em que o destinatário não aceitasse o contrato pragmático proposto pelo comunicador, o discurso perderia seu sentido virtual (2009:47).

Os relatos dos jornais nos trazem versões de certos episódios, jamais a sua integralidade. Traquina (2005:17) afirma que "a notícia não é um relato, mas uma construção". Ainda que tal afirmação não seja bem aceita pelos jornalistas, como expõe o autor, o repórter não reproduz o fato, ele apenas é capaz de reconstruí-lo e nunca na sua totalidade. É subjetivamente que ele o faz, mesmo que tente ser o mais original e objetivo possível. É no momento em que o jornalista coloca a informação em perspectiva, que ele define qual versão e não outra irá reportar; que ele constrói a notícia.

Se as notícias são construções, como defende Traquina, o que ocorre quando os fatos são apresentados aos jornalistas durante uma coletiva de imprensa e o repórter já sai em busca das informações pré-pautado? Ou ainda, que valor/credibilidade possui uma notícia que foi construída com base nas informações prestadas por apenas uma fonte, ainda que essa fonte seja dotada de "credibilidade institucional"? Que impacto esse 'direcionamento' pode causar na estruturação da notícia? Pode-se dizer que se trata da construção conjunta da notícia ou este é um comportamento típico dos promotores de informação junto a seus executores, os jornalistas?

Para Harvey Molotch e Marylin Lester (1974:44), os promotores de notícia (*news promoters*) possuem um "acesso habitual" aos jornalistas já que "suas próprias necessidades de acontecimento coincidem com as atividades de produção jornalística dos meios de comunicação social". Ou seja, não é raro que os interesses desses atores sejam coincidentes. O promotor quer dá publicidade a sua história e o repórter precisa de uma história para o seu jornal.

No entanto, embora possa haver uma forte influência por parte dos promotores da informação, cabe ao jornalista, de acordo com o critério editorial adotado pelo jornal, a decisão pela versão final da notícia. Mas consideramos também que a atuação de um determinado ator social (fonte) pode contribuir para que a notícia seja construída de uma forma e não de outra. Por essa razão, consideramos que esses atores são também co-construtores dos acontecimentos.

No que diz respeito ao papel do jornalista como gerador de notícias, Rodrigo Alsina considera que:

> O jornalista não pode renunciar a ser ele mesmo quem estabelece o que é notícia já que se fosse o contrário, ele deixaria de exercer a sua profissão. A chave da questão da concepção do jornalista como produtor das notícias está no conceito do que é noticiável. Embora as fontes possam pretender mostrar o que é importante da informação que elas oferecem, será o jornalista, em último caso, quem terá que decidir onde está a notícia (2009:228).

A facilidade do acesso da fonte ao jornalista e vice-versa, a relevância do tema e o interesse público ou editorial podem determinar o desenvolvimento e a versão final da notícia. Esses são algumas das questões que nos levaram ao nosso objeto de pesquisa: o acontecimento jornalístico sobre a Crise da Universidade de Brasília (UnB) em 2008. Interessa-nos estudar, particularmente, o que chamaremos de "Caso Finatec", episódio determinante na construção do acontecimento sobre a Crise da UnB, em 2008.

CAPÍTULO 1: A PESQUISA

1.1 **Organização da Pesquisa**

A nossa pesquisa está dividia em cinco capítulos. No primeiro, tratamos da organização da dissertação: apresentamos os nossos objetivos; delimitamos o nosso objeto empírico e mostramos que ele estava inserido em um contexto maior, o da Crise da Universidade de Brasília, em 2008.

A discussão teórica é feita no segundo capitulo. Na terceira parte do nosso estudo, apresentamos dos dados, as entrevistas como o promotor Ricardo Antônio de Souza;com os repórteres do *Correio Braziliense*, Érica Montenegro, Lúcio Vaz e Raphael e Veleda, e com o chefe da Secretaria de Comunicação da UnB em 2008, Rodrigo Caetano, e procedemos a análise do material.O quarto capítulo é dedicado às questões metodológicas, e o quinto é reservado às considerações finais.

Nos anexos disponibilizamos os *press releases* divulgados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; a matéria divulgada pela revista Época sobre o promotor Ricardo Antônio de Souza; e as matérias e capas publicadas pelo *Correio Braziliense* ao longo do período estudado.

1.2 Caso Finatec

Denominaremos de "Caso Finatec" o discurso da mídia a respeito das denúncias feitas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre desvios de recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), bem como as investigações sobre o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, que usou R$ 470 mil, repassados pela Finatec, para mobiliar o apartamento funcional onde morava.

Consideramos que o “Caso Finatec” foi o iniciador da Crise da UnB em 2008. Visto que, se os promotores não tivessem revelado para a imprensa e para a sociedade as informações sobre as investigações referentes à Finatec, não saberíamos nada sobre os gastos luxuosos e supérfluos do reitor com mobiliário para o seu apartamento funcional. Conseqüentemente, os estudantes não teriam se mobilizado e reivindicado a saída do reitor e mudanças na instituição através da ocupação do prédio da reitoria da UnB. O “Caso Finatec” foi um dos episódios da Crise da UnB. O primeiro de uma série e um dos mais relevantes.

A terminação “Caso Finatec” foi utilizada pela primeira vez pela Secretaria de Comunicação da UnB, no dia 08 de fevereiro de 2008, em nota oficial assinada pelo Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. Na declaração, o conselho esclarece que, “sua decisão quanto a destinar um dos imóveis pertencentes a esta Fundação para servir de residência oficial para os reitores da Universidade de Brasília, e quanto a mobiliá-lo adequadamente, foi tomada tendo em vista os interesses maiores da Instituição”.

Na notícia publicada pelo *Correio Braziliense* no dia 03 de março, o jornalista Gustavo Krieger também se refere às investigações sobre a Finatec realizadas pelo MPDFT como “Caso Finatec”.

A menção é feita em um *box* no final da matéria, que traz declarações do promotor Ricardo Antônio de Souza sobre as irregularidades dos contratos firmados entre o governo federal e as fundações de apoio. “O promotor Ricardo Antônio de Souza, que investiga o caso Finatec, diz que o repasse de recursos para fundações de pesquisa ou de apoio a universidades abre uma brecha perigosa para irregularidades”.

1.3.Contexto da Pesquisa

1.3.1.A Crise da UnB em 2008

A crise da Universidade de Brasília (UnB), em 2008, foi permeada por uma série de acontecimentos e por seus desdobramentos. Primeiro, a imprensa explorou o Caso Finatec, que mais adiante perdeu força abrindo espaço para as denúncias contra o reitor Timothy Mulholland. Num primeiro momento, nesses dois episódios, a participação e denúncia dos promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) têm fundamental importância no desenrolar dos acontecimentos e na cobertura dos mesmos. Em seguida, o movimento estudantil ocupa posição de destaque no embate com o reitor.

A crise marcou a história da instituição criada em 1962 pelo antropólogo Darcy Ribeiro para ser uma universidade transformadora. Como primeiro reitor, Darcy Ribeiro sonhava com uma instituição autônoma e jamais poderia imaginar que 46 anos após sua inauguração, a UnB seria cenário de um dos maiores escândalos do ano de 2008.

Embora o auge do conflito tenha sido a ocupação da reitoria pelos estudantes no dia 04 de abril de 2008, esta não foi a primeira vez que a UnB foi "invadida". Em 18 de outubro de 1965, os estudantes também se apropriaram dos espaços da UnB como protesto contra a repressão militar. Foi a primeira vez que os estudantes tomaram a universidade.

A Crise da UnB em 2008 foi institucional, provocada pelo mal uso do dinheiro público repassado a Finatec e usado, entre outras coisas, pelo reitor Timothy Mulholland para reformar e mobiliar o imóvel funcional em que morava com objetos de luxo.

Tendo como pano de fundo a recuperação da moralidade e da ética, os estudantes se mobilizaram para reivindicar mudanças. Conscientes do seu papel institucional e social, suas ações se dirigiam principalmente à mídia. Organizado, o movimento estudantil foi o principal responsável pela renúncia do reitor, que deixaria o cargo 81 dias depois do início da crise, em janeiro de 2008.

O *Correio Braziliense* tratou das denúncias contra a Finatec como uma "crise na UnB", pela primeira vez, no dia 15 de fevereiro. A repórter Érica Klingl informava, em um *box*

intitulado “Protestos contra Timothy na UnB”, que os professores, ainda em férias, se reuniriam para pedir o afastamento do reitor. “Os professores decidirão por outras propostas de enfrentamento da crise envolvendo a UnB”, dizia a notícia. Nas matérias seguintes, a designação “Crise da UnB” é sempre utilizada quando se faz um resumo das denúncias contra a Finatec e das acusações contra o reitor.

Consideraremos, porém, que a Crise da UnB/2008 se inicia com a publicação da primeira noticia sobre o Caso Finatec no *Correio Braziliense,* no dia 24 de janeiro de 2008.

1.3.2.A crise nas Universidades Brasileiras

As recentes ocupações das universidades brasileiras em resposta a crises institucionais tiveram início no primeiro semestre de 2007. Em 28 de março desse ano, estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em protesto contra as condições da moradia estudantil e de um decreto do Governador do Estado. José Serra cortou R$ 5,5 milhões do orçamento da universidade. Após 83 horas de reivindicações e negociações, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) encerrou a mobilização aceitando a proposta da universidade, que se comprometeu a melhorar as condições da moradia estudantil no campus paulista.

Quase dois meses depois, no dia 03 de maio de 2007, os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) ocuparam o prédio da reitoria da instituição. A melhoria da moradia estudantil também era uma das principais reivindicações dos estudantes da USP. Após 51 dias de discussões e reivindicações, a reitoria foi desocupada pelos estudantes que obtiveram da universidade o compromisso de que todas as propostas seriam cumpridas.

No dia 13 de junho, cerca de 120 estudantes ocuparam o prédio da diretoria da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp). A ocupação durou oito dias e só terminou após ação da Polícia Militar.

As ocupações em São Paulo tiveram um efeito multiplicador em outros estados. Entre os dias 16 e 18 de junho, as reitorias das federais do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Pará também foram invadidas.

Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), os alunos ocuparam a reitoria em protesto contra Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, e deixaram o local após o reitor aceitar debater com os alunos a adesão da instituição.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a ação ocorreu em apoio à greve dos funcionários. Em Salvador, durante as dez horas de ocupação da reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), os alunos pediram verbas e eleições diretas para a escolha do reitor. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), os estudantes se mobilizaram para protestar contra a proibição de eventos culturais de estudantes no campus.

A ocupação da reitoria da UnB teve uma finalidade distinta. Os estudantes pediam a renúncia do reitor Timothy Mulholland, acusado de improbidade administrativa e de desviar dinheiro de pesquisa para mobiliar seu apartamento com móveis e artigos de luxo. A pauta de reivindicações era moral e ética: o reitor deveria deixar o cargo por gastar um dinheiro que não lhe pertencia com objetos nada relacionados à ciência.

O movimento estudantil, apoiado pela sociedade, pela imprensa e até mesmo pelo Congresso Nacional, que levou as acusações contra a Finatec e a UnB para Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Organizações Não-Governamentais, sabia que poderia estender suas negociações para além do pedido de renúncia do reitor. A pauta moral e ética se tornou uma pauta política, com pedidos de mudanças na estrutura da universidade.

Além da saída imediata do reitor e vice-reitor, os alunos reivindicavam, entre outras coisas, a dissolução do conselho diretor e a convocação imediata de eleições diretas e paritárias para reitor; a paridade nas eleições para todos os cargos eletivos da universidade; a abertura das contas de todas as fundações vinculadas a UnB e o leilão dos bens adquiridos pelo reitor para seu apartamento funcional para investimento de recursos na Casa do Estudante.

As ocupações das reitorias deixaram de ser o último recurso no diálogo entre os estudantes e as universidades e passaram a ser um instrumento argumentativo. Se antes as invasões só aconteciam em última instância, desde a ocupação da reitoria da Unicamp, essas ações se tornaram prerrogativas para uma negociação.

Bianchi, Braga e Carneiro (2008:24) assinalam que “exercendo seu direito à rebelião, os estudantes estão redefinindo os temas da discussão e argumentando, com seus atos, em favor da à crise das universidades públicas. As ocupações seriam uma forma de interpelar as autoridades

governamentais e políticas de modo a colocar em pauta, na agenda pública, autonomia universitária e da defesa de uma universidade pública".

Os autores, professores universitários, defendem que as invasões das reitorias são uma resposta temas políticos e materiais, tais como as reformas das moradias estudantis. Eles consideram que se trata de "um ato simbólico" de reapropriação de um espaço que teoricamente deveria ser público.

> Como tal, a ocupação é uma ressignificação de território no qual a sede da autoridade universitária, da tradição acadêmica e da burocracia universitária passa a ser sede de sua contestação, transgressão e questionamento. O espaço da imobilidade passa assim a ser espaço do movimento" (Bianchi, Braga e Carneiro,2008:23)

No caso da Crise da UnB/2008, a ocupação da reitoria foi a forma encontrada pelos alunos para pressionar o reitor a deixar o cargo. Apoiados pela mídia e pela sociedade, mesmo após a saída do reitor e do vice-reitor, eles não desocuparam o espaço. A mobilização por mudanças continuou. Embora o movimento estudantil não fosse a autoridade tradicional escolhida pela universidade, naquele momento suas ações, enquanto modificadoras e contestadoras da situação institucional, foram legitimadas pela comunidade acadêmica.

A ocupação da reitoria aconteceu no dia 03 de abril de 2008. Quinze dias depois, os estudantes deixaram o local após limpá-lo e submetê-lo a uma vistoria, que foi acompanhada pela imprensa e pelo reitor temporário, Roberto Aguiar.

Ao comparar as diferentes invasões notamos diversas semelhanças no comportamento do movimento estudantil da USP e da UnB. Isso pode ter ocorrido por conta do tempo de ocupação nas duas universidades e da necessidade de organização do próprio movimento. O professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Henrique Carneiro, co-autor da publicação sobre as ocupações de reitoria, destaca que o conflito na USP se tornou referência para o movimento estudantil brasileiro. "O espírito da rebelião estudantil, quase sempre, não é pontualmente acadêmico, nem estritamente apenas político, mas torna-se uma contestação global dos valores pelos quais se afirma uma ordem estabelecida". (Bianchi, Braga e Carneiro 2008:32).

A exemplo dos alunos da USP que ao deixar o prédio da reitoria, realizaram a limpeza das calçadas com baldes e mangueira, os estudantes da Universidade de Brasília, ao

desocuparem o local, promoveram a lavagem da rampa do prédio. Os dois movimentos se preocuparam em mostrar que tanto na ocupação como na desocupação agiam de forma civilizada.

Outra semelhança se refere às atitudes do movimento estudantil das duas federais. Ambos criaram grupos para lidar com diferentes assuntos e para tratar dos interesses do movimento. Na USP havia um grupo de "facilitadores" responsáveis pela discussão das reivindicações dos estudantes e pela elaboração de documentos. Para se relacionar com a mídia eles criaram uma "comissão de imprensa da ocupação".

Os estudantes da UnB possuíam um grupo de mídia e a liderança do movimento se revezava na concessão de entrevistas. A imprensa também não estava autorizada a cobrir "de perto" a ocupação, embora sua presença tenha sido fundamental para a legitimação da ocupação. Das reuniões deliberativas da liderança a imprensa não se aproximava.

O repórter do *Correio Braziliense*, Rafael Veleda[2], informou que, em determinada ocasião, para cobrir a ocupação teve que se disfarçar de estudante. Assim, ele pôde acompanhar e reportar as discussões que não eram informadas à imprensa. De acordo com ele, "os estudantes tinham um certo medo da mídia", embora sempre quisessem que sua versão não deixasse de ser contada. "A fonte sempre quer ter algum tipo de controle. Por isso, eles organizaram uma comissão de comunicação".

Para Veleda, os estudantes "usaram bem a mídia". De acordo o repórter do *Correio Braziliense*, "a mídia tinha uma visão positiva da causa dos estudantes, que era uma causa pública".

Ao comparar as ocupações na UnB, do passado e do presente, notamos que na mobilização de 2008, o movimento estudantil, atento ao poder da mídia e dos seus reflexos na formação da opinião da sociedade, se posicionou de modo a atrair sua atenção e a agir de acordo com o formato midiático.

A liderança da invasão utilizava todos os meios, além da televisão e dos impressos – sites, blogs, cartazes – para atingir seu objetivo: fazer com que seus anseios reivindicatórios – a

---

2 O repórter do Correio Braziliense, Rafael Veleda, foi um dos quatro jornalistas enviados pelo jornal para cobrir a ocupação da Universidade de Brasília. No dia 04 de março de 2009, ele concedeu entrevista ao grupo de pesquisa que estuda a Crise da UnB em 2008. O grupo faz parte da pesquisa "Narrativas jornalísticas e conhecimento de mundo: a construção da história do presente", coordenada pelos pesquisadores Luiz Gonzaga Motta e Maria Jandyra Cunha, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

vontade de mudança – e sua visibilidade fossem maior que a dos demais atores participantes desse acontecimento. É fato que, na ocupação dos anos de 1960, a atuação da mídia era distinta e os estudantes sequer podiam se pronunciar, já que a ordem política impedia que lhes fosse dada voz. A ocupação funcionava como a palavra que não podia ser dita. Era o último recurso. Talvez o único.

1.4. Objetivos da Pesquisa

Nosso estudo pretende identificar e esclarecer como se estabelecem as relações de poder político e simbólico entre os diferentes atores sociais e os mediadores profissionais na construção de um acontecimento jornalístico.

O principal objetivo desta pesquisa é verificar como determinados atores sociais (fontes) são capazes de influir e interferir na construção de um acontecimento. Dessa forma, pretendemos examinar que estratégias as diferentes fontes utilizaram de modo a fazer com que a sua versão prevalecesse sobre as demais na narrativa do acontecimento jornalístico sobre o Caso Finatec.

Nossa idéia é mostrar como determinados definidores primários possuem destaque na construção de um acontecimento e como a posição que ocupam, bem como a sua natureza, pode potencializar o desenvolvimento e a construção de um acontecimento.

Para tanto, destacamos os seguintes atores como principais na construção da narrativa jornalística da Crise da UnB/2008, Caso Finatec:

- O Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT), representado pelo promotor Ricardo Antônio de Souza;
- A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e seus porta-vozes/representantes, tais como o advogado Francisco Caputo Neto e assessoria de imprensa;
- O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland, e a Secretaria de Comunicação da UnB;
- O *Correio Braziliense* e seus repórteres.

Com a delimitação desses quatro atores, estabelecemos os seguintes objetivos secundários:

1- Apontar como o *Correio Braziliense* define os espaços destinados a cada ator;

2- Mostrar como a cobertura do *Correio Braziliense* construiu uma narrativa sobre o episódio – momentos de inflexão e personagens – tendo como base as ações e performances dos diferentes atores na e para a mídia. Ou seja, indicar se ação ou reação dos diferentes atores na defesa das suas versões influenciou a construção do acontecimento midiático sobre o Caso Finatec;

3- Demonstrar, em casos de denuncia como o Caso Finatec, a relação entre *news promoters* e *news assemblers* e como ela pode ser determinada, antes pelo tipo de necessidade e interesse da fonte na produção de um acontecimento, do que por uma negociação de interesses. Pretendemos revelar como fontes diferenciadas – institucionalizadas e super fontes – atuam de modo a manter um acontecimento em evidência.

1.5. Pergunta da Pesquisa

Pergunta: Em que medida a atuação do promotor Ricardo Antônio de Souza (MPDFT), enquanto fonte (definidor primário e promotor da informação/*news promoter*) influenciou a cobertura do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec?

1.6. Hipóteses

- O Ministério Público do Distrito Federal (MPDF) é a principal fonte do *Correio Braziliense* na narrativa sobre Caso Finatec;

- A Finatec e seus representantes não conseguem dar visibilidade as suas versões dos eventos na mesma proporção que o MPDFT;

- O *Correio Braziliense* possui uma posição passiva em relação às informações divulgadas pelos promotores do MPDFT.

1.7. Objeto Empírico

Em 2008, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), seus diretores e o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, protagonizaram um dos principais escândalos do ano. Acusada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) de se desviar da sua função e de provocar prejuízos de mais de R$100 milhões aos cofres públicos, a Finatec, fundação pública de direito privado, vinculada à UnB, firmava contratos sem licitação, mascarava seus gastos, superfaturava contas e atuava como empresa privada.

As investigações dos promotores de justiça do MPDFT, Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira, da Promotoria de ***Tutela*** das Fundações e Entidades de Interesse Social revelaram que dos R$ 104 milhões do orçamento da instituição em 2008, apenas R$ 750 mil haviam sido investidos em ciência. O levantamento de notas fiscais da Finatec apontou que o gasto de R$ 470 mil em obras no apartamento funcional do reitor – valor equivalente a mais da metade do que a Finatec destinou à educação e pesquisa no mesmo ano – foi um dos maiores feitos pela entidade. O dinheiro foi repassado através de um convênio firmado entre a Finatec e a Fundação Universidade de Brasília (FUB). Na lista dos itens adquiridos pelo reitor Timothy Mulholland, se destacavam três lixeiras, compradas por R$2.738,00 (dois mil setecentos e trinta e oito reais).

A Finatec se apressou em desmentir as acusações e o reitor em afirmar que não havia nada de "ilegal" no uso do recurso para a reforma e mobília de seu apartamento, visto que era funcional. Desde o primeiro momento afirmava que não deixaria o cargo já que havia sido eleito democraticamente. Mesmo de férias, os estudantes se organizam e se reúnem para protestar contra as desigualdades entre o imóvel de luxo do reitor e a moradia estudantil da UnB.

Sob pressão dos estudantes e da mídia, o reitor anunciou que deixaria o imóvel funcional onde morava. Mesmo após desocupar a cobertura de luxo, o MPDFT pediu que o reitor devolvesse o dinheiro gasto na decoração do apartamento. O Ministério Público decidiu entrar com ação de improbidade administrativa contra o reitor da Universidade de Brasília,Timothy Mulholland.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apresentou nova denúncia contra a Finatec. A entidade foi acusada de gastar entre R$ 30 mil e R$ 57 mil com o pagamento de verba de representação a quatro diretores da UnB. Como voluntários, eles não poderiam ser remunerados. A Finatec se defendeu respondendo que os gastos estariam ligados ao trabalho de pesquisa dos diretores. A pedido do MPDFT, a Justiça afastou os cinco diretores da Finatec, Antônio Manoel Dias de Azevedo Melo, Nelson Martim, Carlos Alberto Bezerra Tomáz, Guilherme Sales Soares e André Pacheco de Assis. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pediu a Justiça (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) a nomeação de um interventor.

Por determinação do MPDFT e com o aval do interventor Luiz Augusto Fróes, a Polícia Militar (PM) ocupou a sede da Finatec. O prédio foi interditado. O Advogado da fundação, Francisco Caputo, classificou a medida como arbitrária. Um dia depois, A Polícia Militar desocupou o local, mas disse que se o MPDFT pedisse, voltaria a agir.

Indicado pelo MPDFT, Luiz Augusto Froés foi nomeado novo interventor da Finatec. Os cinco diretores afastados pediram a saída do interventor. Eles o acusaram de agir com parcialidade. O promotor do MPDFT, Antônio Ricardo de Souza negou que tivesse tido influência na nomeação de Fróes. Quatro dias após ser nomeado, a Justiça destituiu o interventor. Ele foi substituído, por indicação da Justiça, que proibiu qualquer influencia ou ação do MPDFT na Finatec.

Os estudantes foram ao Ministério Público pedir afastamento do reitor. Em assembléia, professores da Universidade de Brasília votaram pela permanência de Timothy Mulholland à frente da instituição. No primeiro dia de aula, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) discutiu com os estudantes a situação da Finatec e o envolvimento do reitor. Os alunos decidiram que Timothy Mulholland deveria ser afastado do cargo até que o MPDFT concluísse as investigações. Em protesto contra os escândalos que atingiam a UnB, os estudantes ocuparam a reitoria e exigiram a saída de Timothy Mulholland.

Desde o início, as denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) foram cobertas pela mídia. Na verdade, as denúncias foram feitas para a mídia. Afinal, os promotores convocaram uma coletiva de imprensa para informar sobre os resultados das investigações. Dessa forma, os promotores foram os primeiros atores a se posicionarem na mídia sobre esse acontecimento. Em seguida, entre acusados a acusadores, os demais foram sendo apresentados pelos meios: Finatec, reitor Timothy Mulholland, Universidade de Brasília, Movimento Estudantil etc. Cada ator agiu de modo a influenciar a construção e o transcurso desse acontecimento.

A série de notícias sobre a Finatec e a UnB ocupou as manchetes dos noticiários local e nacional por quase seis meses. Por essa razão, acreditamos ser relevante estudar esse episódio a partir da perspectiva da influência de que os atores sociais podem exercer na construção de um acontecimento, principalmente no que concerne às relações destes com a mídia.

1.7.1.Objetos Empíricos de Análise

Ao observar as notícias divulgadas pelo diário *Correio Braziliense* durante a cobertura da Crise da UnB em 2008, nos chamou a atenção as performances dos diferentes atores sociais pela defesa da sua "versão" na mídia, notadamente a do Ministério Público Federal e Territórios. Pretendemos verificar como essa relação de poder simbólico influenciou a cobertura e a configuração desse acontecimento.

Nosso objeto de pesquisa, o acontecimento jornalístico sobre a Crise da UnB/2008: Caso Finatec, foi delineado ao longo de 43 matérias do *Correio Braziliense*, publicadas entre os dias 24 de Janeiro e 04 de abril. Nos focamos nesse período por conta das características das matérias publicadas. A maioria trata dos escândalos na Finatec e seus desdobramentos.

Ao todo, 74 atores-personagens são citados ao longo das notícias. Eles foram mencionados nas notícias publicados pelo *Correio Braziliense* ao longo do período estudado, 23 de janeiro a 04 de abril – início e auge da crise – No entanto, neste universo, selecionamos

apenas cinco atores-personagens principais: o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e seus promotores, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) representada pelos diretores, advogado e interventores; a Universidade de Brasília, representada ora pela figura do então reitor, Timothy Mulholland, ora pela Secretaria de Comunicação e por outros porta-vozes secundários; o *Correio Braziliense e a própria* mídia.

Consideramos que a narrativa jornalística do *Correio Braziliense* sobre esse acontecimento se inicia no dia 24 de janeiro de 2008, embora o diário tenha divulgado informações sobre o assunto anteriormente, mas sem seguir uma linearidade temporal. Cabe destacar que a ação dos *news promoters* (Ministério Público) se dá um dia antes. Ao realizar a coletiva de imprensa para prestar esclarecimentos sobre as investigações, que até então, só diziam respeito aos promotores, o órgão estava tentando pautar imprensa e conseguiu. Daquele dia em dia em diante, o assunto se tornaria destaque por, pelo menos, três meses na mídia nacional.

1.8. Justificativa

Muitas vezes o interesse por um tema em particular pode não ser justificativa suficiente para uma pesquisa. Mas entendemos que o acontecimento midiático sobre o Caso Finatec apresenta-se como um objeto de estudo interessante do ponto de vista jornalístico não apenas pela repercussão que provocou na imprensa e na sociedade brasileira, mas principalmente por conta das características e das ações daqueles que dele participaram.

Não é raro que notícias sobre desvios de recursos sejam destaque na imprensa. Mas não vemos, todos os dias, o gasto de um reitor com a compra de mobília tornar-se o centro das atenções da mídia. No entanto, é cada vez mais constante a divulgação para a imprensa de informações sobre o desenvolvimento e resultado das investigações realizadas pelo Ministério Público.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, não foi diferente. A divulgação de informações pelos promotores que realizaram as investigações sobre os desvios de recursos na Finatec por meio de coletiva à imprensa deu início a cobertura local e, posteriormente, nacional.

Esse acontecimento, bem como seu desdobramento, foi destaque na mídia por mais de três meses e teve implicações éticas, políticas e sociais intensas, tais como a ocupação da reitoria pelos estudantes e a renúncia do reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland.

Assim acreditamos que a disputa entre os diferentes atores pela defesa de suas versões, tendo como pano de fundo as denúncias feitas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), é um objeto de estudo interessante à pesquisa jornalística, principalmente no que se refere ao estudo dos acontecimentos e suas características, pois possibilita a observação das relações entre os atores sociais e a mídia na construção de um acontecimento.

CAPÍTULO 2: REFERENCIAL TEÓRICO

Nossa compreensão sobre o acontecimento tem como base o modelo construtivista do *newsmaking*, segundo o qual as notícias não são tidas apenas como transmissoras de aspectos da realidade, mas como criadoras da própria realidade. Assim, consideramos que o jornalista é um produtor da realidade social, na medida em que atua diretamente na sua produção, seleciona o acontecimento que se converterá em notícia.

Seguindo a mesma perspectiva da construção social da realidade, Rodrigo Alsina (2009:11) afirma que a notícia pertence à realidade simbólica, pública e cotidiana. "Os jornalistas são, como todo mundo, construtores da realidade ao seu redor. Mas também conferem estilo narrativo a essa realidade, e, divulgando-a, a tornam uma realidade pública sobre o dia-a-dia"

Nosso objeto de estudo é o acontecimento jornalístico sobre a Crise da UnB/2008: Caso Finatec. Portanto, é fundamental conhecer a natureza dos acontecimentos, matéria-prima das notícias. Motta (2007:148) define o acontecimento jornalístico como a recomposição sintética e coerente das narrativas jornalísticas sobre um tema recorrente.

Harvey Molotoch e Marilyn Lester (1994:36) também analisam a construção do acontecimento, particularmente do acontecimento público. Para eles, os acontecimentos são feitos em virtude dos seus fins. "Qualquer ocorrência é um recurso potencial para construir um acontecimento e o acontecimento assim construído será continuamente dependente dos fins em vista para a sua durabilidade". É verdade que não haveria porque estudarmos os acontecimentos a partir de uma perspectiva construtivista da realidade se não acreditássemos que a sua construção tem uma finalidade e o seu desenrolar um propósito, no mínimo, social.

Os meios de comunicação de massa são os mecanismos criadores de acontecimentos porque são eles que tomam para si as funções e o papel de questionar e interpretar (ou não) o que se passa no mundo e nas instituições, principalmente públicas. Para Alsina (2009:46), a mídia é a responsável pela criação da realidade social. "Os acontecimentos chegam a nós através da mídia e são construídos através da sua realidade discursiva. Em nossa sociedade é a mídia quem gera a realidade social. Portanto, o processo de construção da realidade social depende completamente da prática produtiva do jornalismo".

Molotoch e Lester afirmam que:

> A escolha entre relatos determina a natureza da ocorrência e ao mesmo tempo o grau em relação ao qual foi suficientemente especial para ser usado para reordenar as ocorrências e os acontecimentos passados, alterar prioridades e tomar decisões. Qualquer *questão pública* envolve uma luta semelhante em torno de uma ocorrência e dos interesses semelhantes no resultado. (...) A existência de uma questão demonstra que existem *necessidades de acontecimentos* (*event needs*) opostas relativamente a uma dada ocorrência" (1994:37)

Entendemos que, mesmo primariamente, as questões públicas suscitadas pela imprensa sobre o Caso Finatec originaram acontecimentos públicos cominativos na renúncia do reitor Timothy Mulholland.

Molotoch e Lester afirmam (1994:37) que o "trabalho de promover ocorrências ao estatuto de acontecimento público salta das necessidades de acontecimento daqueles que fazem a promoção. Ao contrário do caso dos acontecimentos privados, implica a experiência para um grande número de pessoas".

Os promotores do MPDFT, em virtude do seu trabalho, ao fornecerem material a imprensa sobre as denúncias contra a Finatec enviadas a Justiça, promoveram a criação de questões públicas e colaboraram ativamente na construção do episódio sobre o Caso Finatec.

Harvey Molotoch e Marilyn Lester, explicam que os acontecimentos públicos obedecem a um percurso de desenvolvimento e são constituídos por três agências principais. Primeiramente pelos promotores de notícia (*news promoters*), ou seja, por indivíduos e seus associados que identificam uma ocorrência como especial, com base em algo, por alguma razão, para os outros. No nosso estudo, esse papel é desempenhado pelos promotores do Ministério Público Federal e Territórios, Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira.

Em segundo lugar, pelos *news assemblers* (todos os profissionais que participam da montagem do produto jornalístico – jornalistas, editores). Eles trabalham a partir dos materiais fornecidos pelos promotores, transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão. Para a nossa pesquisa, esses atores fazem parte do conjunto de profissionais do *Correio Braziliense* que cobriram este acontecimento e o narraram nas páginas do impresso.

E, finalmente, pelos consumidores de notícias (*news consumers* – o público, por exemplo). Estes assistiriam a determinadas ocorrências disponibilizadas como recursos pelos

meios de comunicação social e criariam, desse modo, nos seus espíritos, uma sensação do *Tempo Público*, que representa a dimensão da vida coletiva, através da qual as comunidades humanas têm uma percepção comum e partilhada de um passado padronizado, de um presente e de um futuro. Este tempo é composto por acontecimentos públicos.

A participação do público é fundamental para a construção de um acontecimento. É em função da audiência e dos reflexos sociais e culturais que a mídia constrói um acontecimento ou, no caso daqueles espontâneos, os leva ao conhecimento público.

Molotoch e Lester (1944:38) afirmam também que o trabalho realizado em cada ponto, ao longo desse percurso de desenvolvimento do acontecimento, pode bloquear ou inibir uma diversidade de possibilidades de criação de acontecimentos. "Neste bloqueio de possibilidades reside o poder do trabalho jornalístico e toda a atividade de informação".

Se observarmos a primeira notícia publicada pelo *Correio Braziliense*, no dia 24 de janeiro e as que se seguiram, até a invasão da reitoria, é evidente que trabalho de fornecimento e "suprimento" de informações realizados pelo promotor Ricardo Antônio de Souza tinha como finalidade a criação e manutenção deste acontecimento na mídia.

No processo de construção da notícia, cada um desses atores possui uma implicação particular: a promoção, a montagem e o consumo do acontecimento. Dentro desse contexto, os autores fornecem uma tipologia dos acontecimentos públicos, segundo a qual existem quatro tipos: os de rotina, os acidentes, os escândalos e os de *serendipity* (descoberto por acaso):

O acontecimento tipo *escândalo* possui características dos acidentes e de rotina, ao mesmo tempo em que é diferente dos dois. O escândalo é uma ocorrência transformada em acontecimento graças à intencionalidade de alguém (informadores) que por algum motivo não partilham das estratégias de produção de acontecimentos dos executores. A promoção não é feita por aqueles que criaram o acontecimento. Sua realização é uma surpresa para aqueles que o desempenharam.

Defendemos que o acontecimento sobre o Caso Finatec se insere nessa classificação, tanto por conta do destaque que obteve na mídia ao longo dos meses, como pelas suas características: os promotores do MPDFT, desde o início, tinham a intenção de expandir a ocorrência sobre as denuncias contra a Finatec. Já na coletiva de imprensa, eles não se restringiram a fornecer informações apenas sobre os diretores acusados. Os valores dos gastos do reitor Timothy Mulholland com a mobília de luxo sempre foram uma constante. E, embora o

Caso Finatec tenha todas as características de um escândalo e pudesse ser estudado a partir desta perspectiva, nosso enfoque, como será demonstrado ao longo desta pesquisa, é outro.

Hall et al. afirmam que os acontecimentos só fazem sentido se puderem ser identificados social e culturalmente. Ou seja, eles só existem enquanto atos públicos; se a sua interpretação puder ser partilhada por uma coletividade.

Pretendemos demonstrar aqui como o contexto, o tipo de acontecimento e seus definidores são capazes de construir um acontecimento midiático. É fato que sem acontecimentos não há produção de notícia. Mas é importante consideramos também os determinantes dos acontecimentos, capazes de potencializá-los e transformá-los em notícia.

> (...) En el sistema de los *mass media* se da una determinación de lo que van a ser los acontecimientos dignos de atención para constituirse en noticia. Estos acontecimientos tendrán unas características determinadas que son asumidas tanto por los productores como por los consumidores de noticias" (Rodrigo Alsina 1989:112)

Alsina chama a atenção para o fato de que um acontecimento será tão mais relevante quanto mais importantes forem seus valores-notícia. Para Muniz Sodré (2009:76), não é "qualquer choque ou ruptura que pode gerar um valor-notícia, e sim aquele previamente codificado pela rotina produtiva do sistema informativo como uma inscrição potencial junto ao público-leitor". O acontecimento tem que se inscrever dentro das características produtivas do jornal.

O autor destaca os principais valores-notícia utilizados na rotina das pautas profissionais. A despeito da enumeração de outros valores-notícia, destacamos a novidade (marca de atualidade), o peso social (sinal indutor de atenção coletiva), a hierarquia profissional dos personagens implicados e a proximidade geográfica do fato (índice contextual que facilita a identificação do público com os figurantes da noticia) como os principais critérios para a seleção desse acontecimento.

Os promotores do MPDFT, interessados em divulgar informações sobre a Finatec para o público externo ao órgão, atuaram não apenas como promotores da notícia (fontes), mas como agentes socializadores do acontecimento. É claro que esse acesso se deu de forma restrita (coletiva de imprensa, exclusiva) a um público também restrito, os jornalistas. No que diz respeito a esse caso, em muitos momentos, os jornalistas, enquanto construtores da realidade

social e profissionais da informação, se limitaram a receber as informações e retransmiti-las, emprestando aos promotores seu papel de fabricantes da realidade.

Hall et al. (1994: 223) apontam que:

> A publicitação de um assunto nos *media* pode trazer-lhe um estatuto mais <<objectivo>> enquanto questão realmente (válida) de interesse público como teria sido o caso, tivesse ele ficado como mero relatório feito por técnicos e especialistas. A atenção concentrada dos *media* confere o estatuto de elevado interesse público às questões que são salientadas; estas são geralmente compreendidas por toda a gente como as << questões prementes do dia>>. Isto faz parte da função dos media da <<agenda-setting>>. A marcação das agendas tem também um efeito de confirmação da realidade.

Na transformação deste acontecimento em notícia, o *Correio Braziliense* e a mídia, de forma geral, forneceram suas interpretações sobre como o que estava acontecendo na fundação vinculada à UnB poderia ser compreendido, principalmente porque os acontecimentos ocorrem fora da experiência da maior parte da sociedade.

Compreendemos, porém, que embora os jornalistas sejam responsáveis pela versão final, estes estão sempre negociando com as fontes, principalmente porque são elas que fornecem a primeira versão, cabendo ao jornalista produzir a notícia de acordo com as informações repassadas pelas fontes. Por essa razão, entendemos que há um processo intenso de negociação de interesses entre os *news promoters* e *news assemblers*.

Não se trata de uma relação de dependência apenas. A 'afinidade' entre esses atores se dá em função dos interesses em vista: os *news promoters* querem dar visibilidade a sua informação e os *news assemblers* precisam dessas informações para produzirem a notícia, e preencher os espaços dos jornais e responder às demandas do público. Os resultados dessas negociações é o que aparece nos noticiários.

2.1. Os definidores Primários

Acreditamos ser útil abordar o conceito de definidores primários (*primary definers*) para compreender como os "*media* vêm de fato, em última instância, *a* reproduzir as definições dos poderosos, sem estarem, num sentido, simplista ao seu serviço". (Hall et al 1994:228).

Os definidores primários são as fontes institucionais e credíveis; porta-vozes institucionais, aqueles que dominam as informações e opiniões tidas pelos jornalistas como dignas de créditos. Murdodock (1974,apud Hall et al 1994:229) afirma que tais definidores existem principalmente em função da necessidade dos jornalistas produzirem informação em grande escala, em horários e padrões pré-determinados, e também para dar conta das pressões do tempo. É verdade que é muito mais fácil, e porque não dizer cômodo, ter uma fonte "detentora da verdade", do que ter sempre que checar se o que foi dito é de fato verdade. Se os definidores primários existem é porque os jornalistas os canonizaram.

Essa preferência gerou "um exagerado acesso sistematicamente estruturado aos *media* por parte dos que detêm posições institucionalizadas privilegiadas" (Hall et al 1994:229). Essa afirmação corrobora a nossa idéia em relação à construção do acontecimento midiático do Caso Finatec. As notícias só tiveram as repercussões observadas porque as fontes eram além de privilegiadas, institucionalmente credíveis. Elas produziram e divulgaram a informação.

A hierarquia da credibilidade, conceituada por Becker (1972;apud Hall et al 1994:228) corrobora com a nossa afirmação ao assinalar que há mais probabilidade das opiniões dos que possuem "posições poderosas ou de elevado *status* na sociedade" terem suas definições aceitas. Afinal, que jornalista ou meio, com exceção da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Secom/UnB) e do advogado da Finatec, Francisco Caputo Neto, cujos trabalhos envolviam a resposta ao MPDFT e à sociedade, ousou questionar ou apresentar fatos controversos aos divulgados pelos promotores?

É a definição primária que vai determinar o enquadramento dos acontecimentos. Segundo Hall et al.

> Ela estabelece o limite de todas as discussões subseqüentes através do seu enquadramento do problema. Este enquadramento inicial fornece então os critérios segundo os quais todas as contribuições subseqüentes são rotuladas de

<<relevantes>> para o debate, ou << irrelevantes>>- fora de questão". (1994:230)

Ao divulgar para a imprensa que a Finatec desviava recursos que deveriam ser investidos em ciência e tecnologia, e que entre os desvios de finalidade da entidade estavam gastos com o mobiliário do reitor da UnB, Timothy Mulholland, e de citar o valor e o quê ele comprou, os promotores definiram o enquadramento do acontecimento. Por essa razão, foi possível observar enfoques muitos semelhantes nos diferentes meios de comunicação. As distinções se davam apenas quanto a hierarquização das informações ou a apresentação de fatos novos.

> Os *media*, então, não se limitam a <<,criar>> as notícias; nem se limitam a transmitir a ideologia da << classe dirigente>> num figurino conspiratório. Na verdade, sugerimos que, num sentido crítico, os *media* não são freqüentemente os *primary definers* de acontecimentos noticiosos; mas a sua relação estruturada com o poder tem o efeito de os fazer representar não um papel crucial, mas secundário, ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como de direito, aos media como << fontes acreditadas>>. Nesta perspectiva, no momento da produção jornalística, os *media* colocam-se numa posição de subordinação estruturada aos *primary definers*. (Hall et al,1994: 230)

Em primeira instância, a função questionadora e investigativa dos jornalistas é delegada aos porta-vozes e às instituições de credibilidade. Em última, poderíamos dizer que os *media*, guardadas as devidas exceções (reportagens investigativas independentes, acontecimentos acidentais) não se esforçam em buscar versões diferentes quando a fonte é dotada de credibilidade.

2.2. As fontes: Influência e Visibilidade

As fontes são decisivas na construção de um acontecimento. Sem elas, o jornalista fica à deriva em um mar de informações desconexas. Pois, por mais que tenha testemunhado o mesmo fato, são as diferentes versões das fontes que enriquecem a narrativa jornalística e que conferem credibilidade ao produto final do trabalho do jornalista, a notícia. Wolf cita Gans (1978:80) ao definir fonte como "as pessoas que o jornalista observa ou entrevista [...] e as que fornecem

apenas informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade".

Chaparro (1998:06) afirma que interação entre jornalistas e fontes é um caminho sem volta. Mais do que isso, conveniente ao jornalista. "A verdade é que, sem fontes que mereçam fé, não há jornalista nem jornalismo que sobreviva, até porque, cada vez mais, o mundo moderno obriga o jornalista a escrever sobre acontecimento a que não assistiu e sobre coisas de que não entende". É a fonte que fidúcia o trabalho do jornalista

Em um artigo intitulado "*A Revolução das Fontes*", Chaparro faz um levantamento histórico sobre a institucionalização e a profissionalização das fontes, no qual atesta a dependência que os jornalistas ***têm*** relação a esses agentes sociais.

> Dependemos das fontes. Sem elas não existe a informação decisiva, o detalhe poético, a versão esclarecedora, a frase polêmica, a avaliação especializada. A fonte faz acontecer, revela o segredo, detém o saber ou a emoção que queremos socializar. Ou sofre os efeitos e a eles reage.[...] Na hora de escrever, na rotina da produção e dos procedimentos profissionais (os conscientes e os inconscientes), a perspectiva das fontes influencia, inevitavelmente, a decisão jornalística – e quanto mais competente elas se tornam, mais capazes são de determinar enfoques, relevâncias e até títulos, na narração jornalística.
>
> As interações do jornalista com a fonte envolvem conflitos e acordos inevitáveis, porque a interlocução é viva, interessada - na maioria das situações, entre interlocutores reciprocamente confiáveis e confiantes. (1998:01)

Para o autor, o percurso da informação começaria pelas fontes e não nas redações. "Não está nas redações a competência nem a legitimidade de produzir acontecimentos. O que significa dizer: a capacidade de desorganizar ou reorganizar a sociedade pertence aos agentes sociais que tem essa competência, nos jogos sócio-políticos-culturais- extamente as instituições e pessoas a que chamamos de fontes" (Chaparro,1998:09)

Wolf (1995:199) afirma que "as fontes são um fator determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media,* ainda que permaneçam "esbatidas na mitologia profissional, que tende, pelo contrário, a realçar o papel activo do jornalista, marginalizando o contributo, em muitos aspectos essencial, das fontes".

Mauro Wolf ressalta que a "articulação das fontes não é de nenhum modo casual ou arbitrária"

> Embora a idéia de que os jornalistas transmitem a informação das fontes ao público sugira um processo linear, de facto o processo é circular, complicado, posteriormente, por um grande número de efeitos circulares de retorno [...]. Na realidade, fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo de corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas << o exercício do poder sobre a interpretação da realidade>> (Schelesinger,1972:4;Gans 1979:81 *apud* Wolf 1995:200)

Alsina (2009:52) afirma que as fontes são um elemento fundamental no processo de produção da informação. "A relação entre acontecimento-fonte-notícia é essencial para a compreensão da construção social da realidade da informação".

Chaparro ressalta que houve uma institucionalização dos interesses, das ações e das próprias pessoas. Ele observa que a notícia se transformou no produto mais abundante da realidade global, e por essa razão se tornou a mais "eficaz forma institucional de agir, discursando e de discursar, agindo". Manuel Chaparro destaca que para garantir o sucesso, as instituições se apropriaram das "habilidades narrativas e argumentativas do jornalismo" assimilando a rotinas e cultura da produção jornalística. "(...) No planejamento e controle dos acontecimentos, a dimensão comunicativa ganhou preponderância, para a divulgação dos eventos e a difusão dos discursos".

No entanto, ele adverte que o fato de os profissionais não acompanharem esses mudanças provocou o aumentou a quantidade de acontecimentos planejados com conteúdos fornecidos pelas fontes.

Alsina (2009:288) lembra que o fornecimento de informação útil ao jornalista faz com que determinadas fontes sejam muito mais acessadas do que outras. Segundo o autor, essa a facilidade de acesso leva a "institucionalização de determinadas fontes que são agentes sociais e que possuem uma espécie de direito semi-automático aos meios de comunicação, enquanto que para outros agentes sociais é muito mais difícil plasmar seus pontos de vista na mídia". Essa afirmação revela o que fontes e jornalistas, e até mesmo o público já sabem: que embora "todos os lados da notícia sejam ouvidos", nem todos recebem o mesmo tratamento e o mesmo espaço na mídia.

Rodrigo Alsina considera que existem fontes melhor localizadas na hierarquia da sociedade e que essa 'posição' determina o grau de procura pelos jornalistas. Ele cita Livolsi para quem a institucionalização das fontes privilegia determinados agentes sociais em detrimento de outros e, conseqüentemente, faz com que esses atores tenham mais visibilidade.

> Uma série de agentes sociais têm uma espécie de direito de acesso semiautomático aos meios de comunicação, tanto no tocante a transmitir as mensagens que eles desejam, quanto a conseguir a correção de uma informação que os afeta e com a qual não estão de acordo. (Livolsi 1985, *apud* Rodrigo Alsina, 2009:172).

Para Mauro Wolf (1985:200), as fontes não são todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a eles e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuída. De acordo com ele, os estudos sobre *newsmaking* revelaram uma aspecto "claro e incontroverso" do processo de produção da notícia, segundo o qual as redes de fontes das quais os órgãos de informação se abastecem refletiriam a estrutura social e de poder, ao mesmo tempo em que se organizariam a partir das exigências dos processos produtivos. "As fontes que se situam à margem destas duas determinações, muito dificilmente podem influir, de forma eficaz, na cobertura informativa".

Wolf classifica de << distorção>> da estrutura das fontes o fato de que os jornalistas preferem sistematicamente algumas fontes em detrimento de outras. O autor observa que a fase de recolha dos materiais noticiáveis é influenciada pela necessidade de ser ter um fluxo constante e seguro de noticiais, de modo a conseguir-se sempre executar o produto exigido- a notícia. Isso leva, naturalmente, a que se privilegiem os canais de recolha e as fontes que melhor satisfazem essa exigência: as fontes institucionais e as agencias.

> Por sua vez, a << a importância de certas fontes que tornam possível a cobertura informativa programada, reflete-se na quantidade e na natureza das notícias. Por exemplo, as noticiais variam segundo o período do dia (as primeiras horas da noite são, jornalisticamente, <<pobres>>), segundo os dias de semana (os fins de semana são << pobres>>) e segundo os meses do ano (o Verão apresenta a mesma característica) [...] Essas flutuações das noticiais podem atribuir-se directamente às fontes dominantes no órgão de informação>> (Altheide,1976,68 *apud* Wolf 1995:205)

Miquel Rodrigo Alsina (2009:229) afirma que a matéria-prima do trabalho jornalístico é "a construção da realidade social que as fontes de informação criaram". Ele esclarece que, como

testemunha, cabe a fonte conferir sentido sobre o que percebeu e, partir daí, construir "uma realidade social, objetiva do fenômeno observado".

No entanto, o autor espanhol destaca que é função do profissional da informação não se ater ao ponto de vista das fontes. O jornalista deve recontextualizar o fato e ir além do sentido proposto pela fonte. De acordo com Alsina, deve realizar uma "objetivação de segunda ordem".

> O jornalista precisa ir além da construção da realidade social de primeiro grau que a fonte faz. O primeiro que o jornalista se questiona, é se o acontecimento relatado é notícia. A fonte se inclinará pelo que for mais importante para ela, porém, o jornalista tem outro ponto de vista. Vai se questionar o que pode ser mais importante ou interessante para os seus leitores. Isso o obrigará a re-contextualizar o acontecimento (...) (2009:229)

Mas o que ocorre quando o jornalista não realiza essa objetivação de segunda ordem? Quando ele apenas reproduz ou reestrutura a "realidade de primeiro grau" feita pela fonte. Acreditamos que quando essa objetivação não é realizada, além de empobrecer o trabalho jornalístico e, por conseguinte, enfraquecer a notícia, a visão- enquadramento-da fonte prevalece. Nesse caso, como afirma Alsina, "a fonte é praticamente quem faz a notícia".

Poderíamos falar então em "profissionalização das fontes". Para Neveu (2001 *apud*, Rodrigo Alsina, 2009:170), há casos, como por exemplo, em comunicações oficiais, em que a fonte é aquela que praticamente redige a notícia. Tratar-se-ia então de uma tentativa da fonte em influenciar versus a facilidade e comodidade em receber a informação por parte do jornalista. "Controlar a influência das fontes também significa termos meios financeiros e humanos suficientes para compilar a informação original". Ou seja, para se distanciar dessa "***influência***", os jornais teriam que investir mais no processo de apuração, uma vez que a informação que já vem pronta ou quase pronta da fonte tem o custo menor.

Alsina cita Molotch e Lester ao afirmar que é preciso um esforço muito grande, além de ser um indicativo de poder, "conseguir promover um acontecimento ao nível do *public event.* Os *public event* são "aqueles acontecimentos que se usam para estruturar a vida coletiva e através dos quais as sociedades organizam e compartilham simbolicamente seu passado, seu presente e seu futuro" (1975; *apud* Rodrigo Alsina 2009:162).

Apontamos anteriormente que os acontecimentos públicos são criados pelos *news promoters* (as fontes), *news assemblers* (os jornalistas), e os consumidores das notícias (a

audiência).Adotamos nesse trabalho a concepção de Molotch e Lester, segundo a qual, há uma luta dos diversos agentes sociais na mídia para promoção de determinados acontecimentos. E como a acessibilidade dos diversos atores se dá em graus diferenciados, quanto mais acessível e procurado for um desses agentes, mais chances terá de vencer essa luta.

No Caso Finatec, as fontes, primordialmente, os promotores do MPDFT ocuparam, desde o começo, uma posição diferenciada na hierarquia dos "construtores" do acontecimento. Eles ofereceram a primeira versão (definição primária), aceita pelos jornalistas e reproduzida para o grande público. Desde então, se tornaram "a fonte" da mídia. Embora os representantes da Finatec, da UnB e dos demais atores envolvidos no escândalo também tenham sido ouvidos, suas versões eram sempre respostas às versões dos promotores.

> Assim, as instituições no nível nacional sem impõem às do nível local, e as grandes empresas às dos grupos de cidadãos. Como vemos, trata-se de relações de poder. Enquanto temos agentes socais que tem acesso praticamente imediato aos meios de comunicação (seja para promover as informações, ou para conseguir que sejam publicadas as devidas correções), outros agentes sociais quase não conseguem entrar no circuito da informação. (Alsina: 2009:162)

Rodrigo Alsina (2009:288) diferencia dois tipos de fontes: as utilizadas e as mencionadas. Ele explica que as fontes mencionadas são aquelas que são utilizadas ou consultadas, mas nem todas seriam mencionadas na informação. "A importância das fontes mencionadas é que lhes reconhecida a sua capacidade de interpretar a realidade. Existe um reconhecimento público de seu saber". Alsina (2009:173) explicita ainda que as fontes mencionadas também são utilizadas, mas nem todas as utilizadas são mencionadas. "Ou seja, estamos em dois níveis diferentes, o nível da produção e o da manifestação".

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, as fontes aparecem sob os dois tipos, utilizadas e mencionadas e, conseqüentemente, nos dois níveis, da produção e da manifestação. Na verdade, é prática no jornalismo se valer dessa diferenciação, visto que nem todas as fontes oferecem um ponto de vista interessante sobre o acontecimento, ou ainda, preferem não ser identificadas, ou são apenas o ponto de partida para que o jornalista chegue a uma fonte dotada de mais informação. Mas é fato que os jornalistas só mencionam as fontes dignas de crédito já que uma fonte desacreditada não sustenta a notícia.

Gans (1979 *apud* Wolf 1995:201) cita quatro fatores relevantes, do ponto de vista do interesse da fonte, em ter acesso aos jornalistas: os incentivos; o poder da fonte; a sua capacidade de fornecer informações credíveis; a proximidade geográfica e social em relação aos jornalistas.

Assim como Wolf (1985:201), destacamos a capacidade de fornecer informações credíveis como sendo um dos fatores mais importantes.

> A capacidade de fornecer informações credíveis é maior para as instituições, pessoas ou aparelhos que podem programar a sua atividade de modo a satisfazer a necessidade contínua que os *mass media* tem de cobrir, eventualmente, acontecimentos calendarizados anteriormente, (portanto, de forma a poderem organizar racionalmente a concessão dos meios de recursos disponíveis).

Dessa forma, o fornecimento de material credível por parte da fonte facilita o trabalho dos jornalistas e a organização do fluxo midiático. Para Wolf, existe uma grande probabilidade das fontes que fornecem materiais credíveis serem constantemente utilizadas de modo a se converterem em fontes regulares.

A eficiência – "necessidade de concluir um produto informativo dentro de um prazo de tempo fixo e intransponível e com meios limitados à disposição"-, peça chave no trabalho jornalístico, leva o profissional a buscar conveniências no relacionamento com a fonte. Gans (1979 *apud* Wolf 1995:201) cita os fatores relativos a essa conveniência: a oportunidade antecipadamente revelada; a produtividade; a credibilidade; a garantia a e respeitabilidade.

Segundo Wolf (1985:202), a produtividade diz respeito às razoes pelas quais prevalecem as fontes institucionais: "é que elas fornecem os materiais suficientes para fazer a notícia, permitindo, assim, que os órgãos de informação não tenham de recorrer a demasiadas fontes para obterem dados ou elementos necessários". Mauro Wolf explica que a produtividade se relaciona à qualidade dos materiais que uma fonte é capaz de fornecer, a necessidade de limitar o espaço dados às fontes "em igualdade de condições", bem como à redução dos custos e ao cumprimento dos prazos. "Tendencialmente, as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras a essas necessidades organizativas das redações".

A credibilidade é um dos fatores que nos interessam particularmente neste estudo. Wolf explica que "credibilidade" é a comodidade de não ter que verificar a fonte". É a transmissão da responsabilidade em repassar para outro a veracidade sobre o que está sendo dito.

> Do ponto de vista dos jornalistas, as fontes devem ser tão credíveis que a informação fornecida exija o mínimo possível de controlo. Caso contrário, a notícia teria de ser verificada a partir de, pelo menos, duas fontes diferentes, mas se a informação puder ser explicitamente atribuída a uma única fonte, o problema da credibilidade passa do jornalista para a fonte explicitamente citada na notícia. Do ponto de vista dos procedimentos produtivos jornalísticos, as fontes estáveis, institucionais, acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e também a ela rotinizada (1985: 202)

A garantia é outro fator interessante ao nosso estudo. Wolf afirma que a garantia pode substituir a credibilidade. "Se a credibilidade da história não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade".

Já o fator respeitabilidade diz respeito aos procedimentos dos jornalistas, que preferem fazer ***referência*** a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade.

Wolf afirma ainda que as pesquisas de *newsmaking* revelaram que o processo de passagem de informação entre fonte e jornalista não seria tão "linear, neutra e transparente" como pretende a "mitologia profissional". Na realidade, segundo ele, a relação é mais complexa e as mediações são significativas.

2.3.Relações entre fontes e Jornalistas: Promoção e Montagem

A relação entre os promotores da informação (*news promoters*) e os montadores de notícias (*news assemblers*) não é tão simples e direta como muitas vezes pode parecer, principalmente porque cada ator possui intenções e finalidades distintas. Trata-se de um jogo de interesses no qual as diferentes partes trabalham de modo a alcançar objetivos bem definidos. No entanto, é constante a parceria entre eles, ainda que cada uma dessas agências - *news promoters* e *news assemblers*- possua diferentes papéis e implicações no processo de construção da notícia.

Harvey Molotch e Marilyn Lester (1994:39) definem << promoção>> como a "ação de um ator que ao presenciar uma ocorrência ajuda a torná-la pública para um grande número de pessoas". Não é raro que os promotores de notícia sejam os precursores dos acontecimentos. Motivados sempre por algum interesse podem tanto trabalhar para transformar certos incidentes em acontecimentos públicos como impedir que isso ocorra.

Quando atuam de modo a dar publicidade a determinadas ocorrências os "produtores noticiosos" costumam buscar e quase sempre encontram o apoio e a legitimidade dos montadores das notícias –jornalistas e editores, por exemplo. O trabalho dos *news promoters* e *news assemblers* se torna coincidente.

Os promotores costumam pautar os meios de comunicação através de promoções específicas, tais com a divulgação de dados, de resultados de investigações, seja com exclusividade para determinados profissionais, seja por meio de uma coletiva de imprensa. Na pauta, é comum a exposição de ocorrências referentes a outras pessoas ou instituições, principalmente as relacionados a algo ilícito, ilegal ou imoral.

No entanto, quando ocorre o contrário, quando operam para esconder determinadas informações, é certo que haverá conflito com os *news assemblers*, que dependem das informações para montar a notícia. Molotch e Lester (1994:39) afirmam que "existem interesses na promoção de certas ocorrências para utilidade pública, assim como interesses na prevenção de certas ocorrências de se tornarem acontecimentos públicos".

Apontados por Molotch e Lester como a segunda ag*ê*ncia na produção de acontecimentos públicos, aos *news assemblers* cabe a tarefa de verificar o valor de uma << estória>>, de selecionar entre um número finito de coisas daquelas que << acontecem realmente>> as que são as "mais especiais, interessantes ou importantes".

Os autores destacam que a independência dos *news assemblers* na produção de notícias ocorre quando as organizações jornalísticas geram necessidades de acontecimentos que não são coincidentes com as dos promotores de ocorrências. Ou seja, serão os tipos de necessidade de acontecimentos dos *news promoters* e *news assemblers* que determinará suas relações.

> Os poderosos promotores podem tentar aumentar a correspondência entre as suas necessidades de acontecimentos e a dos *news assemblers*, pressionando os media a alterar as rotinas de trabalho. (...) No Ocidente como no Leste, existem paralelos entre as necessidades de acontecimentos dos *news assemblers e os promotores*.Estes paralelos não resultam necessariamente de tramas e

> conspirações, traições ou mesmo de afinidades ideológicas. Embora não as ignoremos, estamos intrigados com a possibilidade de as notícias produzidas através das necessidades paralelas de promotores e << *news assemblers*>>, que surgem por razões diferentes. Embora talvez não sejam conscientes das implicações do trabalho uns dos outros, eles, de qualquer modo, conseguem produzir um produto que favorece as necessidades de acontecimentos de certos grupos sociais e desfavorece de outros.(1994:41)

No trabalho intitulado "*Fontes Jornalísticas: contribuições para o mapeamento do campo*", Manuel Pinto, docente português, analisa a relação dos jornalistas com as fontes a partir das dinâmicas internas ao campo jornalístico bem como das convergências e conflitos decorrentes da interação no sistema social. Para o autor português, as fontes são pessoas, grupos, instituições sociais ou são vestígios– falas, documentos, dados. Ele destaca que "as fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espácio-temporalmente situados". Tais relações, segundo ele, são baseadas nas intencionalidades das fontes, em estratégias de divulgação pré-definidas.

> Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas são entidades interessadas, quer dizer, estão implicadas e desenvolvem a sua actividade a partir de estratégias e com tácticas bem determinadas. E, se há notícias, isso deve-se, em grande medida, ao facto de haver quem esteja interessado que certos factos sejam tornados públicos (Gomis,1991: *apud* Pinto Manuel, 2000:278-279).

É o interesse em dar publicidade a um determinado fato que leva as fontes a procurar os jornalistas. A disponibilidade da fonte é diretamente proporcional ao seu interesse em determinado episódio. Se é ela quem o está promovendo, os jornalistas costumam ter acesso fácil. Quando não promovem e não estão interessadas em que determinadas informações cheguem a conhecimento público, o acesso dos jornalistas até elas é restrito, quando não inexistente.

Pinto apresenta uma tipificação e uma classificação dos diferentes tipos de fontes de acordo com interação entre fontes-jornalistas. São as seguintes:

1. Segundo a natureza: fontes pessoais ou documentais;
2. Segundo a origem: fontes públicas (oficiais) ou privadas;
3. Segundo a duração: fontes episódicas ou permanentes;

4. Segundo o âmbito geográfico: fontes locais, nacionais ou internacionais;

5. Segundo o grau de envolvimento nos factos: oculares/primárias ou indirectas/ secundárias;

6. Segundo a atitude face ao jornalista: fontes activas (espontâneas, ávidas) ou passivas (abertas, resistentes)[3]

7. Segundo a identificação: fontes assumidas/explicitadas ou anónimas/confidenciais;

8. Segundo a metodologia ou a estratégia de actuação: fontes pró-activas ou reactivas[4] , preventivas ou defensivas.

Manuel Pinto (2000:280) afirma que as fontes costumam procurar todos ou pelo menos alguns dos seguintes objetivos quando buscam a atenção da mídia ou quando os jornalistas procuram as fontes, uma vez que ambos atuam movidos por determinados tipos de motivações, objetivos e finalidades.

Dessa forma, segundo ele, as fontes costumam perseguir os seguintes objetivos: "a visibilidade e atenção dos *media*; a marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção coletiva; a angariação de apoio ou adesão a idéias ou a produtos e serviços; a prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios; a neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; a criação de uma imagem pública positiva".

Já os jornalistas, por sua vez, teriam por objetivo "a obtenção de informação inédita; a confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes; a dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; o lançamento de idéias e debates; o fornecimento de avaliações e recomendações de peritos;a atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações diretamente recolhidas pelo repórter".

Pinto (2000:282) considera ainda que nos últimos anos, profissionais e instituições têm se posicionado estrategicamente na "órbita" dos *media* de modo a serem consideradas pela própria mídia fontes privilegiadas. Uma vez mais se trata da institucionalização das fontes.

---

3 (Caminos Marcet, 1997;Borrat cit. in Bezunartea et al.1998, *apud* Pinto Manuel 2000:279)

4 (McNair, 1998, *apud* Pinto Manuel 2000:279)

> Há, hoje, claramente instituída, uma vasta e complexa teia de mecanismos, de instituições e de saberes, cujo propósito assumido é utilizar e, se possível, marcar a agenda dos *media*, jogar o seu jogo, tirar partido da sua lógica de funcionamento e, por essa via, atingir os objectivos que são, em primeiro lugar, os dos interesses que servem.

Na batalha da mídia cada ação deve ser pensada de acordo com os objetivos em vista. As fontes se posicionam estrategicamente e intencionalmente de modo a se mostrar na e para a mídia. Ao jornalista, cabe a função de aceitar ou não o que é oferecido pelas fontes. É claro, quem nem sempre lhe é facultada essa opção. Seja porque possui apenas uma fonte ou porque não dispõe de nenhuma. Mas, de modo geral, pode buscar o que lhe interessa no universo das fontes – públicas privadas e etc.

> Diríamos, de modo talvez redutor, que o jornalismo procura dar publicidade às matérias – factos, eventos, declarações – que os jornalistas consideram de interesse público, ao passo que as fontes organizadas, enquanto promotoras ou porta-vozes de instituições, procuram dar publicidade às matérias que interessam a essas instituições. Ao procurarem a visibilidade através dos *media*, movem-se, por conseguinte, por uma lógica privada – naturalmente legítima, mas privada (...) elaboraram a sua proposta, na adequada gestão da exposição e do encobrimento, da divulgação e do segredo, do palco e dos bastidores. (Pinto 2000:284)

Manuel Pinto observa que há um interesse privado cada vez maior das fontes-organizadas e profissionalizadas em se expor, o que faz com que elas atuem estrategicamente em dois eixos: "por um lado, a conquista do acesso aos *media*, e não apenas da cobertura dos *media*; por outro lado, o esforço de gerir com o máximo cuidado as tentativas dos jornalistas de aceder às áreas de bastidores das instituições a que estão ligados". Os jornalistas, dependentes que são das fontes têm que conciliar seu trabalho com base naquilo que a fonte tem a lhe oferecer e naquilo que ele necessita para realizar o seu trabalho.

> Os jornalistas, por sua vez, precisam de forma vital, das fontes e dos seus serviços, pelo que têm de pôr em acção processos exigentes que permitam conciliar a colaboração produtiva da fonte e o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico supõe. Existe nesse 'comércio' um terreno de encontros (e desencontros) altamente instável, que supõe uma permanente negociação" (Pinto 2000:284)

O autor português ressalta ainda o cuidado que o jornalista deve ter em relação às fontes com as quais mantém contatos constantes ou permanentes de modo a evitar "o risco de interiorizar excessivamente a lógica das fontes".

Manuel Pinto nota também que embora os jornalistas possam sofrer pressões por parte das fontes e dos órgãos de comunicação a que essas possam pertencer, existiria "uma margem de manobra, uma dimensão de autonomia relativa no trabalho dos jornalistas". Ou seja, embora os jornalistas sejam dependentes das fontes e possam atuar de modo a garantir que determinada informação seja selecionada em detrimento de outra, cabe ao o profissional da notícia, literalmente, a palavra final.

> (...) se é certo que as fontes possibilitam diferentes graus de acesso à informação de que dispõem, também é verdade que os jornalistas não são meros intermediários ou observadores; tem ou podem ter um papel activo no material que selecionam para divulgar; no enquadramento e contextualização das informações que obtém junto das fontes e no destaque que lhes conferem ao nível da difusão. (Pinto 2000:287)

Esta será a perspectiva que adotaremos no nosso trabalho. O enfoque dado por Manuel Pinto a respeito das relações entre jornalistas e fontes, que se baseiam "nas intencionalidades das fontes", que agem de acordo com táticas e objetivos pré-definidos. No nosso estudo consideraremos que as fontes possuem particular interesse na divulgação do material fornecido a imprensa e que sua disponibilidade na divulgação e fornecimento de informações é diretamente proporcional ao seu interesse na divulgação (ou na ocultação) de determinados fatos ou episódios.

2.4. A Narrativa do Caso Finatec: Conflitos

Compreendemos a narrativa do Caso Finatec como sendo a seqüência de notícias publicadas pelo jornal Correio *Braziliense* sobre as investigações e denúncias feitas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) contra a Fundação Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) entre os dias 24 de janeiro e 04 de abril de 2008.

O pedido de intervenção da entidade ocorreu em 23 de janeiro, dia em que a Assessoria de Imprensa do MPDFT divulga nota à imprensa convocando uma coletiva para anunciar o resultado das investigações que estavam sendo realizadas há oito meses. No dia seguinte, em 24 de janeiro de 2008, o *Correio Braziliense* publicava a primeira notícia baseada nas informações divulgadas pelos promotores do MPDFT.

Sob o título "Prejuízo a Ciência e Tecnologia", o jornal informava aos leitores que a Finatec estava sendo denunciada à Justiça por "provocar prejuízos de mais de R$ 100 milhões aos cofres públicos ao se desviar de função e atuar como entidade privada". A matéria também dizia em uma retranca à parte, denominada "Reformas", que a Finatec, em uma parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), gastou R$470 mil para mobiliar e reformar o apartamento funcional destinado ao reitor da universidade, Timothy Mulholland.

Na notícia, o *Correio Braziliense* recontava e, conseqüentemente, reconstruía o que havia sido divulgado pelos promotores na coletiva do dia anterior. Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira são as fontes da primeira parte da matéria. Eles falam pelo MPDFT. Naquele momento e circunstância eles são o MPDFT.

Na segunda parte da matéria, em um box fechado, intitulado "Finatec nega acusação", localizado no pé da página, o jornal apresentava as versões dos denunciados pelo MPDFT. Nesse espaço, a Finatec, a Universidade de Brasília e o reitor Timothy Mulholland apresentam suas defesas por meio de notas à imprensa.

Fica claro o modo como o *Correio Braziliense* constrói a narrativa sobre o caso a partir do conflito. Já nessa primeira matéria, há duas situações: o momento da denúncia, com destaque para os promotores; e o da defesa, no qual figuram a Finatec, a UnB e o reitor Timothy Mulholland**.**

Motta (2005:150) considera que "há sempre dois lados em confronto em quase todo acontecimento jornalístico". As personagens são distribuídas de acordo com essa divisão. No nosso estudo essa separação, ainda que nem sempre pareça intencional, é clara. Haja vista que os verbos relacionados aos personagens-atores sociais indicam o embate por eles travados pela defesa de sua versão.

Ao MPDFT, na primeira matéria divulgada no dia 24 de janeiro de 2008, estão relacionados os seguintes verbos: denunciar, acusar, descobrir, pedir a destituição. À Finatec: lamentar, rebater, refutar. Já à Assessoria de Imprensa da UnB, os verbos são mais amenos:

classificar, revelar, esclarecer. O reitor Timothy apenas "informa" por meio de sua assessoria de imprensa que não dará entrevistas.

Os verbos demonstram a posição inicial de cada personagem na narrativa construída pelo *Correio Braziliense* sobre o caso. Guazina e Motta (2008:02) propõem que o conflito é "uma categoria dramática que centraliza a narrativa jornalística e tece os fios que encadeiam as ações das personagens da política". Entendemos que o conflito enquanto categoria centralizadora da narrativa jornalística não se limita à política. Vai além. Se não permeia todas as narrativas, perpassa a maioria.

Para os autores, ao posicionar as personagens umas contra as outras na narrativa jornalística, "o conflito estabelece os episódios que projetam seqüências lógico-temporais e concatenam enredos de histórias virtuais mais ou menos completas, embora o foco recaia sobre as personagens que assumem proeminência nos episódios". Ou seja, é o conflito que estrutura, constrói a trama, ainda que as personagens sejam essenciais na organização da história.

A centralização da análise da narrativa em torno da categoria conflito possibilita a análise "da interação de contrários que existe em todo antagonismo". (Berger e Motta: 2003:92). Os autores propõem que o conflito seja tomado, tanto como valor-notícia referente à história real, quanto uma categoria própria da análise da narrativa.

> A categoria "conflito" solicita outras categorias fundamentais do relato que vão surgindo e gravitando em torno dela, tais como ações e reações, protagonista e antagonistas. (...) Centrar o foco no conflito nos permite, assim, navegar no plano dos acontecimentos históricos e, ao mesmo tempo, no plano dos "mundos possíveis".

Traquina (2005:50) lembra que os jornalistas possuem um "gosto pelo drama". Faz parte da sua maneira de ver o mundo, segundo ele. Todo drama é estruturado a partir de um conflito. Para o autor, esse modo dramático dos jornalistas enxergarem o mundo ao seu redor estaria intimamente ligado "ao saber de reconhecimento e ao saber de narração, porque envolve os dois poderes fundamentais do campo jornalístico: a seleção dos acontecimentos e a sua construção como notícia".

Desse modo, esse olhar já treinado, através do uso recorrente dos mesmos temas, fórmulas e símbolos (valores-notícia) levariam a "construção de linhas de ação dramática que dão identidade aos acontecimentos". Ou seja, o fazer jornalístico se basearia na ação dramática e

conflituosa dos personagens para construir sua narrativa. O conflito aparece então como um enquadramento dramático no jornalismo.

O repórter/jornal escolhe tratar o tema a partir da oposição entre os promotores do MPDFT, que atuam como acusadores da Finatec ou defensores dos interesses da sociedade; e os demais atores, Finatec/advogados, UnB e reitor Timothy Mulholland, que se defendem das denúncias.

Consideramos que é a partir desse embate de versões que o narrador jornalístico tenta provocar nos leitores o "efeito da realidade". Como se a 'verdade' por ele descrita pudesse ser confirmada e aceita pelo leitor por conta dessa polarização dos personagens. De modo que o que é dito por cada um, através da seleção desse narrador, possa ser tido como verdadeiro pela audiência.

> Ainda que não seja "a realidade", o texto jornalístico tem veracidade, recorre a recursos de linguagem para parecer factual, objetivo e verdadeiro. Produz o "efeito do real". Esse é o efeito pretendido e, na maioria dos casos, é confirmado pelo leitor. O que o jornalista quer significar e as interpretações do significado pelo destinatário coincidem em grande parte ou na sua essência. Essa precisão não tira dos relatos jornalísticos o caráter narrativo, mas os transforma em uma narrativa singular: um jogo de linguagem situado entre a narrativa e a história (realista) e a literária (imaginativa) (Motta, 2005:157).

Motta (2007:149) afirma que o "conflito é o elemento estruturador de qualquer narrativa, principalmente da narrativa jornalística, que lida com rupturas e descontinuidades". No que diz respeito ao acontecimento jornalístico estudado, o conflito, mais uma vez, foi base da narrativa jornalística.

A leitura das matérias revela que o jornal polariza as personagens de modo a contrapor suas versões: há sempre dois lados. Ainda que os promotores do MPDFT representem um lado e os demais atores, acusados, o outro.

O roteirista Flávio de Campos[5] (2007:179) afirma que o conflito "é o jogo de ações que se dá através do embate". O autor explica que esse jogo "é a troca de ações entre personagens,

---

5 O roteirista Flávio de Campos trata das características do conflito do ponto de vista da ficção. No entanto, reproduzimos seu conceito por compreendermos que em alguns casos as personagens do discurso jornalístico (factual) e do discurso ficcional.

com o objetivo de motivar a reação uns dos outros. Jogo de ações é a troca de ações dramáticas". É através da ação denunciadora e reveladora do promotor e das reações dos acusados que se estabelece o conflito e, conseqüentemente, a narrativa jornalística do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec. Sem o "jogo de ações" e as versões dele originadas não haveria narrativa. A história não aconteceria.

Dada a natureza do nosso objeto, o acontecimento jornalístico sobre o Caso Finatec, optamos por adotar a análise pragmática da narrativa como um dos nossos procedimentos de análise. Ou seja, reunimos 43 notícias publicadas pelo *Correio Braziliense* ao longo da crise e que diziam respeito ao Caso Finatec[6]. E, como propõe Motta (2005:145), as integramos em um "conjunto significativo solidário, como uma história única: um acontecimento jornalístico".

Para Motta, a reunião das notícias isoladas e diárias em seqüências e episódios, de modo a configurar um acontecimento único e singular, recria a realidade e possibilita a criação de uma nova narrativa.

> A realidade recriada adquire então nova estrutura, clímax e desfechos de histórias que se encaixam em uma narrativa inédita e completa. As notícias unitárias passam a ser parte de um acontecimento integral. É assim que percebemos e construímos, através da memória, a nossa realidade do mundo da vida: a vida se transforma em arte (em narrativas dramáticas) e a arte de converte em um veículo através do qual a realidade se torna manifesta. Construímos então as nossas identidades, a nossa biografia, a nossa história, o nosso passado, presente e futuro". (2005:146)

Para realizar essa reconstituição, Motta (2005:147) propõe que sejam adotados determinados procedimentos a partir de uma perspectiva fenomenológica, que tem por finalidade "interpretar dinâmica e sistematicamente a essência do fenômeno observado, compreender as diversas camadas significativas do objeto empírico como objeto intencional de nossa percepção". É a busca dos significados que baseia esse procedimento. Nosso objeto empírico será estudado a partir desses procedimentos, e, por conseguinte, buscaremos seu

6 Destacamos a nossa opção pelo Caso Finatec, já que ele foi um dos diversos episódios do acontecimento sobre a Crise da Universidade de Brasília em 2008. Além dele, podemos também ocorreram a ocupação da reitoria, a saída do reitor Timothy Mulholland, a escolha de um reitor *pro tempore*, a desocupação da reitoria e etc ;

significado especifico dentro do contexto da narrativa jornalística do *Correio Braziliense*. Ou seja, pretendemos entender de que modo foi realizada a construção desse acontecimento jornalístico. Como o jornalista/jornal optou por construir determinados significados e não outros.

Motta (2005:147) destaca que "sem uma história completa, a análise da narrativa é impossível". Portanto, para realizá-la é preciso "conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese". O autor esclarece a importância de se "observar a continuidade e a justaposição temática" a partir da recorrência de um mesmo tema nas notícias isoladas para a construção coerente da narrativa jornalística. O analista, portanto, deve realizar uma nova síntese e reescrever uma nova narrativa: o acontecimento jornalístico singular.

Motta (2005:149) ressalta que com a reconstrução da história é possível observar "um fundo de significações parciais da narrativa que modificam o objeto observado". O autor considera que "à medida que se remonta a intriga, reconstrói-se o objeto". Essa reconstrução será feita a seguir.

2.4.1.Episódios

Nosso *corpus* empírico está limitado ao período compreendido entre os dias 24 de janeiro de 2008 e 04 de abril de 2008. Essas datas se referem à divulgação da primeira notícia no *Correio Braziliense* sobre as denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios contra a Finatec; e a última, sobre a ocupação da reitoria da Universidade de Brasília pelos estudantes. Foi ao longo desses dias que as notícias sobre o Caso Finatec obtiveram mais destaque no jornal e repercussão na mídia e na sociedade. Nessas edições, o conflito entre MPDFT e Finatec aparece com mais evidência.

Verificamos, na narrativa jornalística do *Correio Braziliense*, a existência de 14 episódios diretamente relacionados ao Caso Finatec. Esses episódios marcam os principais conflitos da narrativa jornalística do *Correio Braziliense*. Motta (2005:150) afirma que "a identificação dos conflitos permitirá discernir e compreender a funcionalidade dos episódios do novo enredo".

O autor define episódios como “unidades narrativas analíticas intermediárias que relatam conjunto de ações relativamente autônomos (motivos) correspondentes às transformações no transcorrer da história”. Para Motta, os episódios “conectam-se ao todo, no qual significativamente se inserem.

Motta diz ainda ser preciso nomear os episódios de modo a designar tal funcionalidade. Para isso, o analista pode nomear os episódios de acordo com a seqüência narrativa, para delimitar o começo, o meio e o fim da história. Motta sugere as seguintes designações: situação estável (equilíbrio), complicação, clímax, resolução, vitória, desfecho, punição, recompensa etc.

O roteirista Syd Field (2001:08), no seu *Manual do Roteiro,* propõe um modelo de composição de um roteiro. De acordo com Syd Field “a estrutura dramática do roteiro pode ser definida como uma organização linear de incidentes, episódios ou eventos inter-relacionados que conduzem a uma solução dramática”.

Para ele, um bom roteiro produz uma boa história. Uma história, explica Syd Field (2001:02), “é um todo e as partes que a compõem – ação, personagens, cenas, seqüências, Atos I, II, III, incidentes, episódios, eventos, música, locações etc. – são o que a formam. Ela é um todo.”

Syd Field a divide em atos (I, II e III). O ato I diz respeito à apresentação. O II, à confrontação, e o ato III à resolução. Ao longo desses percursos, existem ainda os chamados “pontos de virada” Field (2001:97) conceitua o ponto de virada ou *plot point* como sendo “um incidente, ou evento, que “engancha” na ação e a reverte em outra direção. Ele move a história adiante”. Os pontos de virada ocorrem entre o início e o meio da história e entre o meio e início do fim.

Na nossa pesquisa, utilizaremos as designações propostas por Motta, bem como o modelo apresentado por Syd Field para designar os episódios do Caso Finatec.

Os episódios são listados abaixo:

1. As denúncias contra a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) feitas pelos promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira, no dia 23 de janeiro de 2008, durante coletiva de imprensa;

2. O afastamento, no dia 07 de fevereiro, do presidente do Conselho Fiscal da Finatec, Nelson Martins;

3. A saída do reitor da UnB, Timothy Mulholland, do apartamento funcional que ocupava, no dia 12 de fevereiro. A decisão foi tomada após repercussão sobre gastos com mobília de luxo;

4. No dia 13 de fevereiro, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) aponta novas irregularidades na Finatec: quatro diretores estariam recebendo entre R$ 30 mil a R$ 50 mil de verbas de representação irregularmente. O órgão também revela que a Finatec superfaturou contrato com o INSS no valor de R$ 24 milhões. O Ministério Público exige a devolução do dinheiro;

5. A pedido do MPDFT, no dia 15 de fevereiro, a Justiça (TJDFT) afasta os cinco diretores da Finatec acusados de praticar irregularidades em contratos celebrados pela instituição com o poder público mediante dispensa de licitação e aplicar irregularmente recursos destinados à ciência e à pesquisa. A Justiça nomeia um interventor para assumir as funções dos cinco diretores;

6. No dia 16 de fevereiro, a Polícia Militar do Distrito Federal ocupa e interdita o prédio sede da Finatec a pedido do MPDFT com o objetivo de evitar a retirada de documentos, objetos e computadores. Um dia depois, a PM desocupa o prédio;

7. O interventor Luiz Augusto Fróes assume a direção da Finatec no dia 18 de fevereiro com a missão de analisar todos os contratos realizados pela fundação para saber se houve desvio de finalidade ou desrespeito às leis;

8. Dois dias após assumir a direção da Finatec, Luiz Augusto Fróes é destituído do cargo. Ele foi afastado depois que ex-diretores da Finatec apresentaram denúncias contra ele e por decisão do juiz da 6ª Vara Cível, Aiston Henrique de Souza, que criticou a presença da PM no prédio da Finatec;

9. O novo interventor Washington Maia é nomeado pela Justiça. Ele assume o comando da Finatec no dia 21 de fevereiro, por tempo indeterminado;

10. O escândalo da Finatec chega ao Congresso Nacional. A Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações não Governamentais (CPI das ONGs) decide investigar gastos da Fundação. O reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, e o ex-presidente da Finatec, Antônio Manoel Dias, são convocados;

11. As aulas na Universidade de Brasília começam no dia 10 de março. Já no primeiro dia, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) convoca os alunos a participarem de uma assembléia para discutir a situação da Finatec e os gastos do reitor com mobiliário de luxo;

12. Durante o protesto do dia 12 de março, os estudantes pedem a saída do reitor Timothy Mulholland até que o MPDFT conclua as investigações;

13. O Ministério Público acusa FunSaúde de desviar dinheiro destinado a índios para viagens. O MPDFT acusa a Editora UnB de usar verbas de atendimento médico para pagar passagens de pessoas sem vínculos com a UnB para a Ásia. Mais uma vez o nome do reitor é citado. As investigações apontam que a mulher dele, Lécia Mulholland, teria sido uma das beneficiadas com as passagens;

14. No dia 03 de abril, os alunos ocupam a reitoria da Universidade de Brasília e exigem a saída do reitor Timothy Mulholland.

De acordo com a conceituação proposta pelos autores, podemos agrupar os episódios do seguinte modo:

- **Ato I ou Apresentação (revelação)**: do episódio 1 ao episódio 5;
- **Ponto de virada:** episódio 6;
- **Ato II ou Confrontação (complicação):** do episódio 7 ao episódio 10**;**
- **Ponto de virada:** episódio 11;
- **Ato III ou Resolução (desfecho):** do episódio 12 ao episódio 14.

2.4.2. As Personagens do Caso Finatec

Como figuras do discurso jornalístico, criadas pelo narrador (jornalista), podemos atribuir determinados papéis aos atores sociais da narrativa. Motta (2005:152) explica que "no jornalismo, as personagens costumam ser fortemente individualizadas e transformam-se no eixo das histórias".

> Na narrativa jornalística, há sempre uma relação íntima entre personagens e pessoas físicas porque personagens representam pessoas reais. Na análise da narrativa, entretanto, não interessa quem é o político ACM, o que fez ou deixou de fazer na vida real. Interessa como a narrativa jornalística construiu certa imagem de ACM e o que a personagem fez no transcorrer de uma narrativa jornalística (Motta,2005:152).

Para Yves Reuters (2007:41), "as personagens tem um papel essencial na organização das histórias". O autor afirma que são elas que lhes conferem sentido. "De certa forma, toda história é história de personagens".

As personagens podem ser definidas de acordo com a sua funcionalidade no relato. Reis e Lopes (1989:217) afirmam que a personagem é definida "em termos de relevo", ou seja, como protagonista (herói), ou como antagonista (vilão). "A personagem concretiza diferentes graus de relevo, fundamentalmente por força de sua intervenção na ação (...)". O roteirista de cinema e televisão Flávio de Campos define personagem como a "representação de pessoas e conceitos na forma de uma pessoa ficcional".

Nas narrativas, os personagens principais – protagonistas e antagonistas – movimentam a história por causas dos conflitos advindos das suas oposições. Por essa razão, consideramos que a opção do *Correio Braziliense* pela polarização das personagens a partir do conflito não foi algo acidental. O leitor está acostumado a escolher um lado na história.

> A seleção de personagem principal da narrativa segue a mesma demanda da seleção do principal ponto de vista do seu narrador: estabelecer uma referência a partir da qual a narrativa será composta e, mais tarde, recebida pelo espectador – e, assim, dar unidade e facilitar a composição e recepção. (Campos, 2007:150)

O MPDFT (representado pelo promotor Ricardo Antônio de Souza), a Finatec (representada pelo advogado Francisco Caputo Neto e pelos cinco diretores), o reitor da Universidade de Brasília (Timothy Mulholland) e o Correio *Braziliense* (enquanto mediador) são os principais personagens da narrativa sobre o Caso Finatec.

Ricardo Antônio de Souza foi o iniciador da narrativa sobre o Caso Finatec. Ao revelar para a imprensa os resultados das investigações, ele expôs as irregularidades cometidas pelos dirigentes da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Dá primeira

notícia[7] em que aparece como fonte, no dia 24 de janeiro, até a última, no dia 1 de abril, Ricardo Antônio de Souza é o protagonista da narrativa.

Do grego *protos*, "primeiro", e *agonistés*, "combatente", a palavra protagonista significa "primeiro combatente". Beth Brait (1985:90) define o protagonista como "personagem principal, aquele que ganha o primeiro plano na narrativa". O roteirista Flávio de Campos (2007:388) também destaca a importância do "personagem principal da narrativa".

> Por implicar o combate, jogo de ações, protagonista é termo privativo da narrativa dramática; por implicar primeiro personagem, protagonista se refere à personagem principal. Portanto, numa narrativa dramática, protagonista é sinônimo de personagem principal. (2007:150)

O protagonismo do promotor Ricardo Antônio de Souza é notável. Ao analisarmos o número de aparições das personagens nas narrativas sobre esse acontecimento, observamos que ele é o ator que obtém mais visibilidade: são 19 aparições contra 11 do advogado da Finatec, Francisco Caputo, e sete do reitor da UnB, Timothy Mulholland.

Ainda que pareça contraditório o promotor Ricardo Antônio de Souza ter obtido mais espaço no *Correio Braziliense* que os demais personagens, notadamente mais que o reitor Timothy Mulholland, transformado em pivô da crise e do Caso Finatec, isso se explica, em parte, pelo fato de o promotor ter iniciado a narrativa ao convocar a coletiva de imprensa, ou seja, por ser ao mesmo o "definidor primário" e *news promoter.*

Em nenhuma das 43 matérias analisadas, o *Correio Braziliense* traça um perfil do promotor. No entanto, seu protagonismo e seu heroísmo são delineados através do seu posicionamento na narrativa e das suas declarações.

No nosso estudo da narrativa jornalística do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec, podemos notar que a narração se desenvolve a partir das ações da personagem do promotor do MPDFT, Ricardo Antônio de Souza. É ela quem denuncia, apresenta provas, rebate as acusações dos denunciados, aciona a Justiça, enfim, que se coloca – ou é colocada pelo narrador – no

---

7 Embora os dois promotores apareçam juntos na primeira notícia sobre o Caso Finatec publicada no *Correio Braziliense*, no dia 24 de janeiro de 2008, e, inicialmente recebam o mesmo espaço para suas declarações – o jornal publica uma declaração de cada um –, nas demais notícias esse procedimento não se repete. O promotor Ricardo Antônio de Souza passa a ser a única fonte do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) a ter suas declarações nas páginas do jornal, embora o *Correio Braziliense*, ainda na segunda notícia, se refira aos dois promotores.

centro do conflito. O promotor é o "condutor da ação". Ou seja, é a "personagem que dá o primeiro impulso à ação".

Como já mencionado anteriormente, isso ocorre, em um primeiro momento, por conta de seu *status* enquanto fonte privilegiada (super fonte), porta-voz do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT): por ser ele mesmo o responsável e divulgador das informações. E, por outro lado, por causa da relevância que o *Correio Braziliense* (narrador) dá a essa figura em sua narrativa. Não é raro que a figura do protagonista seja associada a do herói. Algumas obras que tratam de narrativas apresentam esses conceitos como sinônimos.

Beth Braith (1985:88) define o herói como "protagonista de uma narrativa", como a "personagem que recebe a tinta emocional mais viva e marcada em uma narrativa. Suporte para um certo número de qualificações e funções que o distinguem como a personagem principal de uma determinada narrativa". Reis e Lopes (1988:210) estabelecem que:

> A figura do herói "relaciona-se diretamente com uma concepção antropocêntrica da narrativa: trata-se de considerar que a narrativa existe e desenvolve-se em função de uma figura central, protagonista qualificado que por essa condição se destaca das figuras que povoam a história.

Do ponto de vista dos elementos que compõem a história e os recursos da narrativa, o roteirista Flávio de Campos afirma que "heróis e vilões são definições absolutas". Para ele, "independentemente da situação, herói é um personagem correto, justo, audaz, talvez bonito, mas, com certeza, atraente e bom". A personagem do promotor Ricardo Antônio de Souza, pode não preencher a todos esses requisitos, principalmente porque não se trata de uma personagem ficcional, mas de uma pessoa real. No entanto, seu protagonismo e seu "heroísmo" são incontestáveis dentro dessa narrativa.

Campos (2007:154) observa ainda que o herói é o personagem do qual o narrador e o espectador aprovam, torcem, querem estar próximo e esperam se emocionar, se identificar e que, enfim, querem ver vitorioso e feliz. Herói são o narrador e o espectador. Poderíamos então dizer que, além de possuir determinadas características, o protagonista herói é, de certa forma, escolhido pelo narrador. É ele, em parte, que lhe confere o atributo de heroísmo. O heroísmo do promotor do MPDFT é definido pelas suas ações: o cumprimento do seu papel enquanto promotor de justiça e servidor público, que ao revelar para a sociedade as irregularidades realizadas pelos dirigentes buscou não apenas a punição da Justiça, mas repreensão moral.

2.4.2.1.Os Antagonistas: Finatec e Reitor Timothy Mulholland

Na primeira notícia sobre o Caso Finatec, publicada no *Correio Braziliense* do dia 24 de janeiro de 2008, não existe uma personagem que fale em nome da instituição, já que a defesa contra as acusações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) foi feita por meio de nota à imprensa. As personagens vão aparecendo ao longo das notícias. Até o advogado Francisco Caputo Neto assumir a defesa dos diretores e da fundação no dia 08 de fevereiro, a voz da Finatec é difusa, alternada entre diferentes porta-vozes. O mesmo acontece com o reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland.

Pelas posições que ocupam dentro da narrativa, de oposição ao promotor Ricardo Antônio de Souza e por suas características enquanto personagens – são acusadas de cometer irregularidades (cinco diretores), por defender os acusados (advogado) e de conduta inadequada (reitor) – desempenham o papel de antagonistas.

De origem grega, a palavra antagonista significa *antí* "contrário", e *agonistés* "combatente". Brait (1985:87) define antagonista como o opositor, como sendo o protagonista às avessas. "Muitas vezes, o antagonista é uma só personagem. Outras, pode ser manifestado por um grupo de personagens individualizadas ou representantes de um certo grupo[8]". Esse fato, através dos personagens, pode ser observado em nosso estudo.

Da mesma forma que o conceito de protagonista está associado ao de herói, ao de antagonista está o de vilão. No contexto da nossa análise, porém, o papel de vilão é notadamente desempenhado pelo reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, pois o *Correio*

---

8 De fato, os cinco dirigentes não se manifestavam diretamente. É apenas quando Caputo começa a representá-los e a defendê-los que suas vozes ganham mais espaço no *Correio Braziliense*. Antes, as declarações eram todas feitas por notas à imprensa. E embora, os jornais aceitem as notas como conteúdo publicável, a constante manifestação – reação – dos dirigentes por meio de nota foi, pouco ao pouco, deixando de ter espaço no jornal.

Braziliense, desde a primeira notícia, como pretendemos demonstrar mais adiante, apresenta o ex-dirigente da UnB nesta posição.

2.4.2.2. O Narrador: *Correio Braziliense*

Consideramos o *Correio Braziliense* – veículo e jornalistas – personagem-ator enquanto mediador social. Sabemos que o jornalista e o jornal participam de um constante processo de mediação entre os diferentes grupos da sociedade.

Fernando Resende, em artigo intitulado "*Comunicação e complexidade no espaço público contemporâneo*", afirma que jornal e jornalistas atuam socialmente de forma determinante no espaço público contemporâneo. Ele observa que a comunicação social e o jornalismo como práticas sociais estão ganhando outra dimensão no espaço público atual.

Para Resende, a noção de espaço público em constante reconfiguração "contribui para que o jornalista e o jornal possam ser vistos como partes do conflito de forças que tece as relações sociais contemporâneas".

Assim, ao tratar o jornal enquanto veículo de comunicação,observa que o jornal, assim como o jornalista, a quem ele chama de "leitor da contemporaneidade", deixam de ser apenas retransmissores de informações, intermediários e "passam a ser concebidos como sendo eles próprios emissores e receptores, partes integrantes do ato de estar no mundo".Resende explica que dessa forma se estabelece uma relação triádica e integrada do jornal enquanto veículo.

> (...) ele é campo – lugar onde os fatos se apresentam enquanto expressões do saber contemporâneo – é sujeito – pois também conta e participa das histórias – e é objeto – fonte de conhecimento para os leitores do mundo. Desse modo, parece-me, acolhemos o jornal enquanto meio de comunicação e como ato comunicativo de fato, lugar em que se faz circular tanto a difusão, quanto a construção e a apropriação das mensagens (2004:18).

Fernando Resende (2004:15) observa que os sujeitos que narram a contemporaneidade (os jornalistas) são os mesmos que se apropriam do saber contemporâneo. "Nesse lugar, encontramos o jornalista, mediador social, emissor e receptor, contador de histórias do cotidiano, sujeito ajustado, desse modo, ao momento em que vive".Ainda que saibamos que os jornalistas possuem o papel de mediadores sociais, para manter o valor de objetividade do texto

jornalístico, eles precisam se afastar, distanciar: mediar sem intervir, contar sem se mostrar. Por essa razão, fazem uso da linguagem referencial – objetiva, direta, denotativa –, em terceira pessoa.

Mas ao mesmo tempo em que busca apagar a sua presença do texto, o leitor sabe que as palavras impressas no jornal não caíram do céu. Sabem que elas são fruto do trabalho de um jornalista, ser de carne e osso, dotado de opinião própria. Sabem por isso também que a história que lhes está sendo contada poderia ser outra, se outro fosse o profissional que a tivesse escrito. Sabemos que a linha editorial do jornal também interfere no reconto dos fatos e das versões, mas de modo geral, os impressos de referencia, como o Correio Braziliense, salvo nos espaços destinados à opinião – editorial, crônica, – usam a linguagem centrada no referente.

2.4.3. O Papel das Fundações

O Ministério da Educação (MEC)[9] define as fundações de apoio como "instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa". Como fundações de direito privado, sem fins lucrativos, são regidas pelo Código Civil Brasileiro, fiscalizadas pelo Ministério Público, registradas e credenciadas pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

O MEC esclarece que "as fundações de apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União". O credenciamento nos Ministérios da Educação (MEC) e da Ciência e Tecnologia (MCT) ocorre em "razão da relação entre as instituições federais e as fundações de apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais".

---

9 O portal do Ministério da Educação disponibiliza informações sobre as fundações de apoio, suas características, formas de registro e credenciamento e legislação.

Embora não sejam criadas por lei, as fundações de apoio possuem legislação própria e devem seguir determinadas regras. Após os escândalos envolvendo as fundações, o MEC e o MCT publicaram, no dia 30 de maio de 2008, portaria sobre o registro e credenciamento das fundações. O credenciamento deve ser renovado a cada dois anos.

Na portaria, o governo determina que haja mais fiscalização dos recursos ao exigir demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas de parecer de auditoria independente, bem como relatório anual de gestão, que devem ser encaminhados ao conselho superior da instituição apoiada para a aprovação pelo órgão deliberativo superior da fundação.

2.4.4. A Finatec e a Universidade de Brasília

A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) foi criada por 12 professores da Universidade de Brasília, em 1992, com a finalidade de captar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico da instituição. O principal objetivo da fundação "é servir de ponte entre a iniciativa privada e a universidade pública, facilitando a entrada de recursos para pesquisas".[10]

De acordo com informações contidas no site da instituição, a Finatec, "além de fomentar a pesquisa com recursos próprios, funciona como intermediária entre empresas particulares, órgãos financiadores e a universidade". O texto prossegue justificando a razão de ser da fundação

> (...) sem as fundações de apoio, as empresas não teriam como financiar pesquisas em universidades públicas, acompanhando cada passo da aplicação de seus recursos. Com o trabalho de fundações como a Finatec, o dinheiro chega de forma ágil, sem burocracia, e pode ser aplicado diretamente nas pesquisas para as quais foi destinado. Essas pesquisas servem como base para a construção do conhecimento universitário e são essenciais para o desenvolvimento tecnológico do Brasil.

10 Definição encontrada no portal da própria fundação < www.finatec.org.br>.

A definição da fundação sobre suas atribuições vai de encontro às suas próprias ações. Se tivesse agido de acordo com o que está descrito acima, ou seja, com a sua finalidade, suas atividades não teriam se tornado objeto de investigação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e seus dirigentes não teriam sido afastados dos cargos por serem acusados de cometer irregularidades.

Na mesma página, encontramos uma descrição sobre a atuação da fundação. O texto informa que a Finatec "atua principalmente no gerenciamento de projetos, gerenciando os recursos de financiadores diversos que serão investidos em projetos de pesquisa ou congressos". Por esse gerenciamento, a Finatec cobra uma taxa que, juntamente com outros serviços prestados, formam a fonte de renda da instituição.

A Finatec faz questão de ressaltar que é uma instituição privada e que não recebe dinheiro público. "Como somos uma instituição privada, não há qualquer repasse de verbas públicas para a Fundação".

A Fundação de Empreendimentos Científico e Tecnológico destaca que cumpre seu papel como fundação, embora tenha sido destaque nacional por fazer o contrário. Dos R$104 milhões previsto no orçamento da entidade em 2008, apenas R$750 mil foram investidos no fomento a pesquisa. "Após o pagamento de funcionários e custos administrativos (...) o lucro da Finatec é repassado novamente para a UnB na forma dos editais de fomento e ajuda direta, como a construção de novos prédios (...)".

As investigações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foram iniciadas por denúncias que partiram da própria Finatec. Em agosto de 2007, o presidente do conselho superior da Finatec, Antônio Manoel Dias, denunciou o ex-diretor financeiro e professor da Universidade de Brasília, Francisco Ricardo da Cunha, ao MPDFT. Antônio Manoel Dias foi até a Promotoria das Fundações e Entidades de Interesse Social denunciar que Francisco da Cunha havia comprado roupas com dinheiro destinado a pesquisa (verba de representação).

Dados do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios revelaram que as contas da Finatec não eram aprovadas desde 1999. As investigações indicaram também o uso irregular do patrimônio da Finatec, avaliado em R$ 100 milhões. A entidade foi acusada de atuar como empresa privada e de se desviar da sua função. Por ser uma fundação sem fins lucrativos, firmava contratos com prefeituras com dispensa de licitação.

Ao investigar a Finatec, o MPDFT descobriu que outras cinco fundações de apoio a UnB, todas instituições de direito privado, que devem prestar contas anualmente ao MPDFT, também poderiam estar agindo fora da lei. Eram elas: a Fundação Universitária de Brasília (Fubra), Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Hospital Universitário (Fahub), a Fundação de Estudos e Pesquisas em Administração (Fepad), a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsaúde) e a Fundação de Estudos em Ciências Matemáticas (Femat).

2.4.5. O Papel do Ministério Público

A sistematização das ações do Ministério Público no Brasil, no âmbito federal, inicia-se no Império, em 1832, com o Código de Processo Penal do Império. Antes, no período colonial, não havia Ministério Público como instituição e o Brasil era orientado pelo direito português. No entanto, na época, já eram feitas menções aos promotores de justiça nas Ordenações Manuelinas de 1521 e nas Ordenações Filipinas de 1603, nas quais lhes eram atribuídas as funções de "fiscalizar a lei e de promover a acusação criminal" [11].

Em 1890, já na República, um decreto que regulamentou a Justiça Federal dispôs sobre a estrutura e atribuições do Ministério Público no âmbito federal. O decreto determinava que a indicação do procurador-geral deveria ser feita pelo presidente da República e que era função do procurador "cumprir as ordens do Governo da República relativas ao exercício de suas funções" e de "promover o bem dos direitos e interesses da União."

A Constituição de 1934 é a primeira a fazer ***referência*** expressa ao Ministério Público. Ela institucionaliza o órgão e prevê uma lei federal sobre sua organização. As demais constituições também se referem ao Ministério Público, mas é a Constituição de 1988 que destaca suas atribuições no capítulo "Das funções essenciais à Justiça" que define as funções institucionais, as garantias e as vedações de seus membros.

---

11 Essas informações fazem parte do *Histórico do Ministério Público no Brasil*, disponibilizado no portal do Ministério Público da União.

A nova Constituição definiu a atuação independente do Ministério Público, que não pertence a nenhum dos três poderes e possui “autonomia funcional e administrativa”. Em artigo intitulado “Democracia e Escândalos Políticos”, a professora Vera Chaia, do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, afirma que a partir da Constituição de 1988, o Ministério Público ganha “importância vital”.

Chaia e Teixeira (2000: 34-35) citam as atribuições do Ministério Público e lembram que a sua independência em relação aos demais poderes e suas funções de 'promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social' fez com que os procuradores ganhassem destaque e se transformassem,“aos olhos da população”, em paladinos da justiça e benfeitores dos cidadãos".

Em sua tese de doutorado, intitulada *Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a Imprensa*, Solano Nascimento (2007:79), mostra que o artigo 128 da Constituição de 1988 “reforça a independência de promotores e procuradores dando a eles garantias como vitaliciedade, a inamovibilidade, salvo por decisão de órgão colegiado, e a irredutibilidade de vencimentos”.

Nascimento destaca que, para poder cumprir seus deveres, o órgão ganhou “novos poderes” através dos quais é possível “sem necessidade de nenhuma autorização de outro órgão ou instituição, requisitar investigações e instalações de inquéritos policiais, exigir a entrega de documentos, expedir notificações, colher depoimentos e tomar outras providencias”. Nascimento observa, porém, que essas modificações não foram colocadas em prática imediatamente, já que a “regulamentação dos novos poderes” foi feita em fevereiro de 1993.

Solano Nascimento explica que com o novo texto constitucional, a hierarquia no Ministério Público só existe no plano administrativo, “Assim, promotores e procuradores não podem receber ordens para suspender algum tipo de investigação ou mudar a forma como ela está sendo conduzida”.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) é um dos ramos do Ministério Público da União (MPU), mas apesar de fazer parte da sua estrutura cuida apenas de matérias que competem às Justiças Estaduais, e seus integrantes atuam junto ao Poder Judiciário do Distrito Federal. Encontramos a seguinte definição no site do MPDFT sobre a natureza do órgão: “É uma instituição pública responsável pela defesa dos direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade”.

No nosso estudo, nos interessa compreender o papel do promotor Ricardo Antônio de Souza, da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, na condução da narrativa sobre o Caso Finatec. Essa é um das 27 promotorias do MPDFT, mas cabe a esta, particularmente, velar e fiscalizar as fundações de direito privado e as entidades de interesse social, bem como as sociedades sem fins lucrativos e as associações que tenham finalidades voltadas para o interesse social. É função do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios:

> (...) exercer o velamento por meio do acompanhamento anual das contas, da evolução patrimonial, das modificações no estatuto e nas modificações na diretoria da entidade e das visitas e inspeções in-loco, sempre objetivando a proteção e o respeito às finalidades sociais destas pessoas jurídicas, que muitas vezes atuam complementando e substituindo a ação do próprio Estado (portal MPDFT: 2009).

O MPDFT só encerra sua atuação quando autoriza a extinção de uma fundação. Em dezembro de 2009, a Promotoria da Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do MPDFT ajuizou ação de extinção da Finatec na 3ª Vara Cível de Brasília[12].

As informações sobre "O que é o Ministério Público" apresentadas no site da instituição parecem confirmar a personificação do promotor do MPDFT, Ricardo Antônio de Souza como um 'herói', defensor da sociedade. Durante a Crise da UnB em 2008, ele atuou como porta-voz da justiça, da ética e da moralidade. Agiu como verdadeiro protagonista: atuou de forma a afastar da Finatec os diretores que agiam fora da lei.

> A Constituição de 1988 considera o Ministério Público essencial à Justiça, pois cabe a ele proteger o cumprimento da lei, da democracia e dos interesses sociais e individuais. *Essas atribuições conferem aos integrantes do Ministério Público a oportunidade de atuarem como verdadeiros advogados da sociedade, seja defendendo o cidadão, seja defendendo o próprio patrimônio público contra particulares de má-fé*" [grifo meu] (Portal do MPDFT:2009).

---

12 A notícia intitulada *MPDFT ajuíza ação de extinção da Finatec,* publicada no site do MPDFT no dia 18 de dezembro de 2009 afirma que "A análise das prestações de contas apresentadas pela Finatec aponta provável desvirtuamento de finalidades, tendo em vista a sua atuação principalmente na área empresarial. A ação do MPDFT também é fundamentada no suposto déficit operacional apurado nos últimos anos, decorrente da, em tese, má gestão dos dirigentes e o uso da Finatec para prática de atividades tidas como irregularidades. No caso da ação de extinção da Fundação ser julgada procedente, o patrimônio dela, após a liquidação, poderá ser transferido para a Universidade de Brasília, conforme prevê o estatuto social da entidade.

2.4.5.1. O Ministério Público, os Promotores e as Superfontes

Solano Nascimento (2008:184), em sua tese de doutorado, estuda o avanço das funções e da atuação do Ministério Público no país, principalmente da sua relação com a imprensa. Ele mostra que nos últimos anos houve um aumento considerável no "volume de reportagens sobre investigação", principalmente por causa dessa relação.

Jornalismo investigativo, segundo Nascimento, é "o resultado de investigação feita pelo próprio jornalista". O "jornalismo sobre investigação", por sua vez, é "o que se dedica a divulgar informações de investigações feitas por autoridades". É o jornalismo baseado nos resultados de investigações oficiais.

Na sua pesquisa, Nascimento conclui que a agenda da imprensa nacional se tornou dependente da agenda do Ministério Público e que por essa razão, o jornalismo investigativo perdeu lugar para o jornalismo sobre investigação. De acordo com o autor, "procuradores e promotores se tornaram uma espécie de super-fonte para repórteres".

Solano Nascimento explica que promotores e procuradores do Ministério Público, graças a "inexistência de subordinação funcional e a incumbência de proteger o patrimônio público e social" se tornaram fontes jornalísticas privilegiadas.

> Por causa dessas características, promotores e procuradores tem uma série de vantagens como fontes jornalísticas em relação até a outros profissionais que também investigam, como policiais e fiscais de determinados órgãos de governo, que são subordinados aos poderes executivos municipais, estaduais ou federal. (...) Com autonomia e ser risco de represália de superiores, os procuradores e promotores do Ministério Público podem repassar à imprensa o que quiserem. Na prática, os integrantes do Ministério Público podem agir com a independência que teoricamente os jornalistas possuem e com o poder de investigação que os policiais têm. (Nascimento, 2007:82)

Solano Nascimento observa que existem outros aspectos que tornam promotores e procuradores "ótimas fontes para repórteres". De acordo com ele, isso ocorre fundamentalmente porque os investigadores do Ministério Público estão a "serviço de uma instituição pública e, por conseqüência, serem o que na rotina jornalística é denominado de

fontes oficiais ou institucionais". O pesquisador também cita peculiaridade dos trabalhos dos promotores e procuradores como uma característica que os tornam "fontes muito atraentes para os jornalistas'.

> Pelo que fazem, procuradores e promotores tem acesso a informações que normalmente só estão disponíveis a autoridades que não tem interesse em divulgá-las, como ministros, secretários e, algumas vezes, delegados de polícia. Assim, os integrantes do Ministério Público dão um rótulo oficial para alguma informação – quando uma denúncia aparece em relatório de um procurador já passa a ser considerada documentada – , mas ao contrário de outras autoridades costumam ter grande interesse em sua divulgação (Nascimento, 2007:85).

Nascimento destaca os riscos que o jornalista pode correr ao recorrer com freqüência a informações de fontes oficiais e publicá-las sem realizar uma investigação própria, ou seja, praticar a chamada "regra da atribuição", segundo a qual o jornalista pode "afirmar algo por meio de uma fonte à qual se atribui a informação". Ele cita Meyer (1989:86)

> Como a maior parte das coisas boas, a regra da atribuição pode ser perigosa quando levada longe demais. Quando aplicada compulsivamente, pode levar o repórter a esquecer a responsabilidade do jornalista de ir atrás das fontes e fazer uma verificação independente de sua validade.

De acordo com as considerações apresentadas anteriormente, podemos observar que a narrativa do Caso Finatec foi construída primordialmente como base nas informações divulgadas pelos promotores do Ministério Público. O que significa dizer que se praticou o jornalismo sobre investigação. Haja vista que, como foi mostrado anteriormente, o jornalista do *Correio Braziliense* reproduziu, quase que integralmente e na mesma ordem, as informações contidas no *press release*, divulgado pelo MPDFT. De acordo com o que foi publicado, observamos que o repórter em momento algum questionou o que foi dito pelos promotores, ainda que tenha dado espaço aos 'outros lados' no final da matéria.

Tal comportamento se repete na maioria das notícias publicadas no *Correio Braziliense* ao longo da crise. Quando o promotor Ricardo Antônio não é a única fonte, é a que ganha mais destaque na notícia – tanto em número de linhas como visualmente. Esse aspecto será analisado especificamente mais adiante.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios participou ativamente do episódio, suprindo os meios de comunicação, dia após dia, com informações sobre o caso. A influência do Ministério Público nas redações também tem sido crescente: o órgão possui um papel ativo no relacionamento com a imprensa. Os jornais prezam por sua autonomia, mas não dispensam uma fonte com a credibilidade e a presteza do Ministério Público. A credibilidade da fonte reforça o caráter de verossimilhança do discurso jornalístico, tornando a "verdade" contida na notícia ainda mais crível.

> A *credibilidade* junto ao público leitor comum sustenta, portanto, o conhecimento jornalístico, não com a garantia da verdade lógica, e sim com a caução da *veracidade*, entendida como verossimilhança ou como um apego, uma inclinação, para a verdade consensualmente estabelecida em torno do fato – uma verdade prática, portanto referente à ação humana no espaço social" (Sodré 2009:48).

Além disso, a constante necessidade de informações para preencher os espaços do 'tempo real" da *internet/web* e a confiança na fonte, que na maioria dos casos faz com o jornalista dispense a checagem das informações, tem aproximado cada vez mais os jornalistas das fontes do Ministério Público.

Na sua tese, Solano Nascimento (2007) mostra como a agenda do jornalismo se tornou dependente das informações divulgadas pelos membros do Ministério Público. A pesquisa avalia a produção jornalística das revistas *Época*, *IstoÉ* e *Veja* nos anos de eleições presidenciais, de 1989 a 2002. Durante esse período, Nascimento observa que houve um considerável aumento das reportagens sobre investigação e, por outro lado, uma queda das investigativas.

Ao fazer uma comparação entre as reportagens investigativas e as sobre investigações em 1989, 1994, 1998 e 2002, Nascimento observa que é a partir de 1998 que as investigações do Ministério Público aparecem pela primeira fora da esfera dos três poderes da República.

> Ainda que em termos numéricos, as matérias que relataram o trabalho de procuradores e promotores fossem poucas – são duas –, em termos proporcionais, isso já era representativo. Do total de cinco reportagens sobre investigações, 40% saíram do Ministério Público (2007:149).

Solano Nascimento destaca que em 2002 a participação do Ministério Público cresce consideravelmente nas reportagens sobre investigação.

> Procuradores da República são responsáveis pelo trabalho que deu origem a 14 das 25 reportagens sobre investigações publicadas no primeiro semestre daquele ano. Isso significa que saíram do Ministério Público 56% de todas as reportagens sobre investigações, restando 44% com origem nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (2007:149).

Nascimento aponta ainda que as mudanças no Ministério Público não são responsáveis pelo enfoque dado pelas reportagens com denúncias às questões de improbidade administrativa e casos envolvendo irregularidades de autoridades ligadas a questões financeiras, "já que são anteriores a elas, mas essa prioridade da imprensa foi reforçada a partir da transformação de promotores e procuradores em super-fontes".

Essa transformação no "papel" dos promotores pode ser observada em relação ao trabalho realizado pelo procurador do Ministério Público Federal Luiz Francisco de Souza.

Na edição de número 1683 da revista *IstoeÉ*, publicada no dia 02 de janeiro de 2002, a manchete de capa é "Os brasileiros do ano". A primeira página da revista estampa as fotos de sete brasileiros que foram destaque no ano de 2001: o então presidente da Câmara dos Deputados, atual governador de Minas Gerais, Aécio Neves, o economista, ex-ministro da ditadura, deputado federal e diplomata, Roberto Campos, a médica pediatra, sanitarista e criadora da pastoral da Criança, Zilda Arns, o médico pesquisador, Ricardo Brentani, o técnico da seleção brasileira de futebol, Mario Jorge Lobo Zagallo, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney e o procurador Luiz Francisco de Souza.

O perfil de cada um desses brasileiros é aberto por uma frase dita por eles. A do procurador do Ministério Público Federal (MPF), Luiz Francisco de Souza, confirma a auto-imagem de que boa parte dos procuradores têm de si próprios: "Onde tiver um injustiçado deve haver um procurador ao lado deste. É seu papel social e dever constitucional".

Luiz Francisco de Souza ficou conhecido em todo Brasil pelas investigações conduzidas para apurar os desvios de verbas nas obras do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em São Paulo. A matéria destaca o papel do promotor na investigação e na revelação de escândalos recentes na política nacional.

> A revelação da maioria dos casos recentes de corrupção tem o dedo do procurador. Por causa da determinação de Luiz Francisco, que decidiu gravar e divulgar a conversa do então presidente do Congresso Nacional, senador Antônio Carlos Magalhães, soube-se da violação do painel de votações do

> Senado. Por conta da tenacidade do procurador em apreender documentos, interrogar testemunhas e pesquisar papeladas, surgiram informações suficientes para demonstrar o envolvimento do ex-senador cassado Luiz Estevão na obra superfaturada do TRT de São Paulo. Também pelo trabalho de Luiz Francisco, o deputado cassado Hidelbrando Pascoal (PFL-AC), condenado por assassinato, foi preso no mesmo instante em que perdeu o mandato (*Revista IstoÉ, 02/01/2002*).

Embora o perfil publicado pela revista *IstoÉ* tenha um caráter elogioso, na ***edição*** do dia 30 de maio de 2007, a editoria Brasil da revista *Veja* em matéria intitulada "A condenaçao de Torquemada" faz duras críticas ao modo como o procurador atuou no caso Eduardo Jorge, procurador-geral da Presid***ê***ncia da República no governo Fernando Henrique Cardoso. Jorge foi acusado por Luiz Francisco de também fazer parte do esquema de desvios de verbas durante a construçao do TRT de S***ã***o Paulo.

A matéria publicada na *Veja* explica que o apelido 'Torquemada' dado ao procurador Luiz Francisico de Souza se refere a "um célebre inquisitor espanhol" e informa que Souza, por decisao do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), havia sido condenado com 45 dias de suspensão, "por sua atuação nas investigações que conduziu contra Eduardo Jorge". Os conselheiros entenderam que Luiz Francisco abusou dos poderes do cargo para realizar uma "perseguição injusta" e "perversa", com motivações político-partidárias".

No dia 22 de junho de 2009, o editorial "Perseguição política", do Jornal *O Estado de Sao Paulo* comentava a decis*ã*o do CNMP, de manter a supens*ã*o de 45 dias dada a Luiz Francisco de Souza. De acordo com o jornal, Eduardo Jorge havia acusado o procurador do Ministério Público Federal "de vazar para a imprensa informações obtidas com a quebra de seus sigilos e que, portanto, deveriam permanecer sob segredo de Justiça. O editorial diz que:

> (Eduardo Jorge) Alegou também que os procuradores teriam passado, à Receita Federal, informações falsas a seu respeito. Além disso, durante longo, período Eduardo Jorge ocupou um espaço permanente no noticiário, repleto de denúncias nunca provadas, mas demolidoras de sua imagem pública e reputação (*O Estado de Sao Paulo, 22/06/2009*).

Retomando a matéria publicada na revista *Veja*, no dia 30 de maio de 2007, encontramos a seguinte declaração do procurador Luiz Francisco de Souza a respeito do seu relacionamento com a imprensa.

> (...) Outra "falta continuada" do procurador, no entendimento do CNMP, foi o uso da imprensa para tornar mais fácil seu próprio trabalho. Tendo como base as informações de bastidor repassadas a jornalistas por Luiz Francisco, cuja motivação ideológica criminosa era então desconhecida, Eduardo Jorge foi alvo de reportagens demolidoras – inclusive por parte da VEJA. Em 2004, o Ministério Público aprovou novas regras para a atuação dos procuradores, exigindo maior rigor para a abertura de processos. Luiz Francisco sente saudade da falta de limites: "Quantas daquelas investigações eu não abri porque li uma boa matéria de jornal? Hoje, não pode mais". Atualmente procurador de segunda instância, o expediente do Torquemada é curto. Ele passa a maior parte dos seus dias em casa, na companhia de cinco gatos. Agora, com a suspensão, terá ainda mais tempo para o ócio (Revista *Veja*, 30/05/2007).

Utilizamos esses exemplos para demonstrar que n***ã***o s***ã***o apenas os jornalistas que se utilizam das super-fontes. Elas – as super fontes – também se aproveitam da relaç***ã***o que mant***ê***m com a imprensa para legitimar os seus trabalhos. Esse é um dos aspectos que pretendemos mostrar neste estudo.

2.5. Enfoque

Diversos poderiam ser os enfoques dados à divulgação feita pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) sobre as irregularidades no uso de recursos da Finatec, visto que as informações se referiam mais aos desvios de finalidade da fundação do que aos gastos do reitor. No entanto, como a mídia precisa de símbolos para se aproximar da audiência, estava escolhido o foco das matérias: os gastos de Timothy Mulholland com mobiliário de luxo.

O *Correio Braziliense*, já na primeira matéria, apresenta ao leitor aquele que seria o símbolo deste acontecimento: as caras lixeiras do reitor. No último parágrafo da primeira parte da primeira notícia, na qual figuram apenas os promotores do MPDFT, o repórter Guilherme Goulart informa:

> Nas investigações, os promotores encontraram notas fiscais de obras. Um dos maiores gastos resultou da parceria entre a Finatec e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), que investiu R$ 470 mil para mobiliar e reformar o apartamento destinado à reitoria da UnB. O imóvel, na 310 Norte, é usado pelo reitor Timothy Mulholland. A planilha revela que

> foram pagos R$ 36 mil para a instalação de um home theater e R$ 2,7 mil por três lixeiras" (*Correio Braziliense*, 24 de janeiro de 2008).

A forma como os fatos foram apresentados também influencia a composição da notícia. Traquina (2005:16) afirma que os jornalistas têm poder não só para selecionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar estes acontecimentos ou temas. Observamos que o primeiro enquadramento dado pelo repórter do *Correio Braziliense*, no qual ele privilegia as informações dos promotores do MPDFT, segue-se nas demais matérias, que são assinadas por ele próprio e por outros repórteres.

As 43 notícias analisadas foram produzidas por 16 repórteres diferentes: Guilherme Goulart, Érica Klingl, Helena Mader, Maria Vitória, Samanta Sallum (editora), Érica Montenegro, Ana Maria Campos, Edma Cristina de Góes, Renato Alves, Marcelo Rocha, Elisa Tecles, Raphael Veleda, Gustavo Krieger, Leandro Collon, Adriana Bernardes e Izabelle Torres. É interessante dizer que há repórteres das editorias de Cidades e Política.

No caso desse episódio, a "justiça" estava sendo feita pelos promotores, que já investigavam a fundação há oito meses. No entanto, quando eles decidem divulgar e tornar pública as notas fiscais contendo os gastos referentes à reforma e o jornalista opta por reportar os gastos milionários com artigos considerados de "luxo", os dois atores sociais (*news promoters* e *news assemblers*) concordam que houve não apenas um desvio de finalidade, mas também um desvio moral e ético que deve ser explicado tanto para a Justiça como para a sociedade.

2.6 A Escolha do Meio

Optamos por fazer a nossa análise tomando como base as notícias publicadas no jornal *Correio Braziliense* entre os dias 24 de janeiro e 04 de abril de 2008, em virtude do destaque dado por esse meio ao episódio. Desde o início, o diário acompanhou as denúncias. Foi o jornal que disponibilizou mais profissionais para cobrir a crise. Quatro repórteres, além de dois fotógrafos, foram designados para cobrir a crise em regime de plantão.

Embora o episódio tenha tido repercussão nacional, dada a importância da Universidade de Brasília no cenário educacional e de pesquisa, a proximidade geográfica do jornal em relação à UnB foi fundamental. Dificilmente o *Correio Braziliense* disponibilizaria tantos repórteres para cobrir a crise de uma universidade que estivesse fora do Distrito Federal.

Fundado por Hipólito da Costa, o *Correio Braziliense* foi o primeiro jornal brasileiro. Foi editado pela primeira vez no ano de 1808, em Londres. O impresso parou de circular 14 anos mais tarde. O periódico foi relançado pelo dono dos Diários Associados, o jornalista Assis Chateaubriand, em 21 de abril de 1960, dia da inauguração de Brasília, a nova capital da República,

O *Correio Braziliense* é um jornal de alcance nacional. Embora esteja fora do eixo Rio-São Paulo, sua leitura é obrigatória aos líderes políticos e formadores de opinião, tanto aqueles que vivem na capital do país, como aqueles que estão em outros estados. De acordo com informações disponibilizadas no site dos Diários Associados, o Correio Braziliense é hoje o jornal de maior circulação do Centro-Oeste, além de ser o mais "influente do Distrito Federal e Entorno"[13].

O site dos Diários Associados informa que a "a influência do jornal pode ser medida pela opinião e comportamento do público leitor: de cada dez pessoas que lêem jornal no DF, sete lêem o *Correio Braziliense*". Esse número representa 748 mil leitores "atingidos com 58.440 exemplares de 2ª a domingo". É o jornal mais vendido do Distrito Federal, com 51% de circulação, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC).

No que concerne à nossa análise, os cadernos (editorias) do *Correio Braziliense* que mais destacaram o Caso Finatec foram o Caderno de Cidades e a editoria de Política (Primeiro Caderno). Quando o assunto era tratado no Caderno Cidades, tinha mais caráter de denúncia. O site dos *Diários Associados* explica que o "Cidades", é "um jornal dentro de outro jornal" e que " traz cobertura completa não só do que é notícia nas cidades do DF,mas também em todo o entorno. Destaque para a política, economia local e assuntos de interesse das comunidades, com muito serviço e participação do leitor.

---

13 A expressão "entorno" diz respeito às cidades que estão na fronteira do Distrito Federal com o Estado do Goiás e Minas Gerais (Unaí).

A página ainda apresenta um perfil dos leitores do caderno. Dos 485 mil consumidores, 49% são homens e 51% mulheres. Em relação a classe social, 76% pertencem às classes AB e 22% à classe C.

Na editoria de Política, as notícias sobre o Caso Finatec tinham um enfoque nacional. Eram tratadas a partir da perspectiva das atividades do Congresso Nacional e da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs). Informações do site dos *Diários Associados* definem o Primeiro Caderno, no qual a editoria de Política está inserida da seguinte maneira: "Neste caderno estão as noticiais mais importantes do cenário local, nacional e mundial". O caderno possui circulação diária e 623 mil leitores, dos quais 51% são homens e 49% são mulheres.

CAPÍTULO 4: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

A realização de uma pesquisa no campo da Comunicação, mais precisamente do jornalismo, exige do pesquisador escolhas teórico-metodológicas e técnicas concretas, dada a natureza do nosso objeto. Estudar a construção do acontecimento e da narrativa jornalística de um episódio cuja duração foi de quatro meses é uma atividade complexa, principalmente, por conta do volume de dados a serem analisados. Definir o objeto não é tarefa simples. Chegar ao recorte ideal tampouco. Encontrar o método e o procedimento corretos não ocorre por acaso.

A seguir mostraremos o nosso percurso metodológico, bem como os procedimentos empregados na nossa pesquisa. Antes de definir o acontecimento sobre o Caso Finatec como nosso objeto de estudo[17], coletamos todas as notícias sobre a Crise da Universidade de Brasília em 2008 publicadas no jornal *Correio Braziliense* do dia 24 de janeiro de 2008, quando foi divulgada a primeira notícia sobre o caso, até o dia 26 de março de 2009, data em que o jornal noticia, na capa, sobre o fim da intervenção da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec).

Por se tratar de uma pesquisa documental, utilizamos a chamada técnica de amostragem não-aleatória, empregada em casos como este, no qual se pretende trabalhar com edições específicas, de uma determinada cobertura, de um período específico.

---

17 Até o final de 2008, meu objeto de estudo era outro. Em dezembro, o meu orientador, professor Luiz Gonzaga Motta, me convidou a participar do grupo de pesquisa que estudava a Crise da Universidade de Brasília em 2008, culminando com a saída do reitor Timothy Mulholland. Embora a ocupação e saída do reitor tenham sido o ápice da crise, desde o início, me interessei em estudar a atuação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) na configuração desse acontecimento. Por essa razão, defini meu recorte a partir das denúncias feitas pelos promotores da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira até a ocupação da reitoria, quando o MPDFT deixa de atuar com tanta freqüência e abre espaços para outros atores.

A coleta[18] desse material foi feita através da ferramenta de busca disponibilizada no site do *Correio Braziliense*. Utilizamos as palavras Fundação Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), reitor Timothy Mulholland, promotor Ricardo Antônio de Souza, ocupação e Crise da UnB como critério de busca. Ao todo, obtivemos 239 resultados, entre capas, editoriais, matérias, charges, cartas do editor, cartas do leitor etc. Decidimos nos concentrar apenas nas análises das capas e das matérias que diziam respeito à Crise da UnB. Essa foi a primeira filtragem. Chegamos então a 155 páginas referentes ao tema. Consideramos o recorte muito amplo. Definimos então que nos concentraríamos apenas nas matérias que faziam referencia direta ao Caso Finatec. Como critério, elas deveriam tratar das denúncias feitas pelos promotores da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira ou, quando o tema foi deixando de ser destaque – a partir da segunda quinzena de março –, fazer alusão a Finatec e aos desvios de recursos. Chegamos a um total de 71 páginas.

Nosso recorte havia sido definido: analisaríamos as matérias publicadas pelo *Correio Braziliense* no período compreendido entre os dias 24 de janeiro e 04 de abril: data da primeira notícia sobre os desvios de recursos da Finatec e da ocupação da reitoria da UnB pelos estudantes. No contexto da nossa pesquisa, consideramos o começo e o fim do acontecimento jornalístico sobre o Caso Finatec.

Durante o processo de seleção, fizemos uma pré-análise do material. Foi quando determinamos que nossa pesquisa trataria do que se chamou Caso Finatec, ou seja, das denúncias de desvios de recursos que a Finatec, entidade ligada a Universidade de Brasília, deveria investir em ciência e tecnologia e que estavam sendo usados para outros fins. Enquanto fazíamos o levantamento das notícias, notamos que a presença de um determinado ator era mais constante que a dos demais. O promotor Ricardo Antônio de Souza aparecia como fonte principal – acusação – na maior parte das matérias. Ele foi a primeira fonte da primeira notícia

---

18 Ressaltamos que o grupo de pesquisa que estuda a construção do acontecimento jornalístico sobre a Crise da Universidade de Brasília, do qual faço parte, já havia selecionado matérias (clipping de diversos meios – *Correio Braziliense, Jornal de Brasília* e *Jornal Nacional*) correspondentes ao período compreendido entre o início das denúncias do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, dia 24 de janeiro de 2008, até denúncia feita pelo Ministério Público contra o ex-reitor da UnB, Timothy Mulholland, por formação de quadrilha, no dia 03 de julho de 2008. Portanto, a busca no site do *Correio Braziliense* foi utilizada mais como uma técnica de refinamento e delimitação do nosso corpus.

do *Correio Braziliense*. Juntamente com o promotor Gladaniel Palmeira, participou de coletiva de imprensa no dia 23 de janeiro para divulgar os resultados das investigações sobre os desvios de recursos da Finatec.

Após definirmos o nosso corpus, estava claro que necessitaríamos de ferramentas que nos auxiliassem a desvendar o nosso objeto: o acontecimento jornalístico sobre o Caso Finatec. A natureza do nosso objeto nos levou a optar pela análise de conteúdo como método de pesquisa e pela análise pragmática da narrativa jornalística como procedimento de análise. Essa junção nos permitiu analisar a amostra de dados da narrativa do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

Heloiza Golbspan Herscovitz explica que a análise de conteúdo jornalística é o:

> Método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (2007:126)

A análise de conteúdo nos ajuda a interpretar um determinado momento histórico, "a vida social de uma época". Antônio Carlos Gil (2008:152) aponta que o grande volume de material produzido pelos meios de comunicação aliado ao desenvolvimento de técnicas utilizadas para quantificá-lo foi fundamental para o desenvolvimento da análise de conteúdo.

Gil cita Berelson (1952:13) para quem a análise de conteúdo é "uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações". Percorremos as "três fases" da análise de conteúdo: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos dados- inferência e interpretação.

A análise pragmática da narrativa, por sua vez, nos auxilia a identificar e analisar "os dispositivos retóricos utilizados pelos repórteres e editores capazes de revelar o uso intencional de recursos lingüísticos e extralingüísticos para produzir efeitos" (Motta, 2007:155). A análise

da narrativa jornalística possibilita a compreensão do sentido do texto. Motta postula que os discursos narrativos da mídia não são construídos ao acaso, mas para gerar certos efeitos nos leitores.

> Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) lingüísticas e extralingüísticas para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produz certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário.
> Assim, a comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de seqüências encadeadas. Pressupõe também uma retórica que realiza a finalidade desejada. Implica na competência e na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas: o narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário (Motta,2007:145).

Nosso corpus se limita a 43 matérias sobre o Caso Finatec publicadas no Caderno Cidades e no Caderno de Política do *Correio Braziliense*. Foram nessas duas editorias que o Caso Finatec foi tratado.

Para analisar a narrativa do *Correio Braziliense* sobre o caso Finatec, desenvolvemos dois procedimentos de análise. Um qualitativo, de leitura e classificação dos elementos do texto jornalístico, de modo que a cada leitura buscávamos descobrir os recursos de linguagem usados pelos jornalistas/jornal na construção dessa narrativa. Assim, categorizamos as informações de acordo com a estrutura do texto jornalístico. A cada notícia lida considerávamos diferentes aspectos da organização da notícia. São eles: chapéu, sutiã, título, *lead*, foto, legenda, organização da matéria-quantidade de colunas, parágrafos, retranca, olho, foco principal, foco secundário, autor.

A coleta de dados para análise quantitativa foi feita a partir de um formulário usado para decodificar as informações textuais das matérias. O formulário visava a desconstruir o texto noticioso com a finalidade de perceber quais estratégias comunicativas estavam sendo utilizada a partir do posicionamento dos atores-personagens dentro da narrativa. Dessa forma,

decodificamos todas as matérias de acordo com o preenchimento de uma ficha que prescindia das seguintes informações: o nome do personagem (quem), o número de linhas destinadas às declarações do ator, a quantidade de aspas do ator reportada pelo jornal, os verbos relacionados às declarações de cada personagem, o objeto de desejo, ou seja, a finalidade da ação, a função do personagem e observações.

Esses dois procedimentos nos ajudaram a refinar os nossos dados e a revelar o que necessitávamos para alcançar os nossos objetivos. Após realizarmos as análises, partimos para o ordenamento e tabulação das informações. Fizemos um exaustivo trabalho de categorização e contagem dos dados, boa parte manual. Como poderá ser visto mais adiante, apresentaremos parte das duas análises na seção apropriada, tanto de forma descritiva como gráfica.

Também utilizamos a entrevista[19] como técnica de coleta de dados com o intuito de buscar mais subsídios para as nossas análises. De acordo com Pádua, "as entrevistas constituem uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados sobre um determinado tema". (Pádua, 2000: 66). Nossa intenção era complementar e buscar aquilo que não está dito nas notícias nem pode ser revelado pelas análises de conteúdo ou da narrativa.

Foram entrevistados o promotor da Promotoria de Tutelas e Fundações de Interesse Social do MPDFT, Ricardo Antônio de Souza, o ex-chefe da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Secom/UnB) e os repórteres do *Correio Braziliense*, Érica Montenegro, Lúcio Vaz e Rafael Veleda.

Desenvolvemos um roteiro de perguntas e realizamos entrevistas dos tipos semi-estruturada, por pautas e informal. As respostas, resultado das entrevistas, são apresentadas em formas de tópicos. Ao final, realizamos a interpretação dos dados.

---

19 O grupo de pesquisa que estuda a Crise da Universidade de Brasília em 2008, do qual este projeto faz parte, realizou uma série de entrevistas com os personagens da crise: representantes do Diretório Central dos Estudantes, com repórteres do *Correio Braziliense*, Érica Montenegro, Lúcio Vaz e Rafael Veleda, com assessora da Secretaria de Comunicação da Universidade de Brasília (Secom/UnB), Ana Luiza, e com o chefe Secom/UnB na época da crise, Rodrigo Caetano, além do promotor da Promotoria de Tutelas e Fundações de Interesse Social do MPDFT, Ricardo Antônio de Souza. O grupo também tentou conversar com representantes da reitoria, como ex vice-reitor, Edgar Mamya, a assessora do reitor Timothy Mulholland, Dóris Faria, com o repórter do *Correio Braziliense* que cobria o MPDFT, Renato Alves, mas não conseguiu.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da nossa pesquisa, definimos como nosso objetivo identificar a influência exercida por determinados atores sociais na construção de um acontecimento. Pretendíamos descobrir quais estratégias foram utilizadas por cada um na defesa de suas versões na mídia. A partir das bases teóricas apresentadas e da análise dos dados, podemos afirmar que no acontecimento jornalístico sobre o Caso Finatec, as fontes atuaram performaticamente para a mídia e, quando não o fizeram, perderam espaço na narrativa.

Nossa afirmação está fundamentada na observação do comportamento dos diferentes atores. Notamos que cada um agiu de modo a conquistar e a defender seu espaço na mídia. Os dados revelam que o desempenho midiático do promotor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Federal (MPDFT), Ricardo Antônio de Souza, foi a mais eficaz. Ao atuar como um definidor primário privilegiado (superfonte), foi responsável por fornecer a "primeira interpretação" sobre os fatos e, portanto, a propor aos jornalistas qual enquadramento a notícia deveria obedecer. Por essa razão, foi a fonte com maior visibilidade nessa narrativa.

Em termos percentuais, o promotor ocupou 28% do espaço, em linhas, dedicado a cada personagem. O *Correio Braziliense* narrou o Caso Finatec em um total de 6.510 linhas. O advogado da entidade, Francisco Caputo Neto, obteve 27% desse total para defender a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) e seus diretores das acusações do MPDFT. Em 15% desse espaço, o presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Fábio Félix, condenou a gestão do reitor Timothy Mulholland. É interessante notar que o restante do espaço, 30%, é dividido entre os demais atores, não chegando nem a 10% para cada um.

O *Correio Braziliense* optou por estruturar a narrativa do Caso Finatec a partir do conflito, logo, na oposição entres os atores – personagens (promotor Ricardo Antônio de Souza versus o advogado da Finatec, Francisco Caputo Neto; reitor Timothy Mulholland versus o presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE –, Fábio Félix etc). Essa polarização definiu quais espaços seriam destinados ou conquistados por cada um. Isso significa que, embora os atores pudessem agir em defesa das suas versões, parte dos espaços já havia sido demarcados.

Como foi demonstrado no *capítulo 5*, desde o a primeira notícia, publicada no dia 24 de janeiro de 2008, o *Correio Braziliense* separa as matérias de acordo com atores: a primeira parte

é dedicada à acusação. Nela figuram os promotores de justiça do MPDFT, Ricardo Antônio de Souza e Gladaniel Palmeira. A segunda parte é reservada aos acusados. Em um *box*, a Finatec, a Universidade de Brasília e o reitor Timothy Mulholland se defendem. Tal divisão pôde ser observada ao longo de todas as notícias. Essa polarização se refletiu na atuação das fontes.

Ricardo Antônio de Souza foi o primeiro ator a se posicionar na mídia. Por isso, desde o início, recebeu um tratamento diferenciado enquanto fonte. Só não obteve sua versão publicada em três matérias, quando preferiu se calar. Ainda assim, o *Correio* o procurou. Os repórteres costumavam ouvir as outras fontes, mas apenas de forma a contrapor suas versões às dos promotores. Na maioria das vezes, as matérias foram produzidas com base nas informações prestadas exclusivamente por ele.

O advogado Francisco Caputo Neto, diferentemente da assessoria da Finatec, que só se manifestava por meio de notas, se reportava diretamente à imprensa. Provavelmente porque sabia que as declarações diretas e verbais tinham mais chances de serem publicadas. Sempre reagiu às acusações feitas pelo promotor Ricardo Antônio de Souza. Embora Caputo se comportasse de maneira passiva, foi o personagem que conseguiu mais declarações diretas (aspas) publicadas pelo jornal.

Acreditamos que esse resultado se deva ao fato de Francisco Caputo Neto estar sempre disposto a se defender dos ataques do promotor e a dar explicações à imprensa sobre a atuação dos cinco diretores afastados da Finatec. Os dados evidenciam que o advogado contou a sua versão dos fatos em 28 aspas. Esse número corresponde a 26% do total das 224 aspas publicadas ao longo da narrativa do Caso Finatec.

Já o promotor Ricardo Antônio de Souza, apesar de ter sido a principal fonte do *Correio Braziliense* – fornecia informações e documentos constantemente ao jornal e mantinha contatos diretos com alguns jornalistas e editores – alcançou 14 aspas publicadas (14%). Exatamente a metade da quantidade de declarações do advogado Francisco Caputo Neto. O presidente do Diretório Central dos Estudantes, Fábio Félix, e outros representantes da organização, também foram muito ouvidos pelo jornal. O *Correio* publicou 18 declarações deles (18%).

O reitor da UnB, Timothy Mulholland, sequer figura entre os dez atores com mais "voz". A Secretaria de Comunicação da UnB, que sempre se manifestou por comunicados à imprensa, conseguiu suas explicações transcritas na íntegra por 11 vezes (11%).

Se compararmos os dados referentes à classificação personagem-linha à categoria personagem-aspas do promotor e do advogado da Finatec, percebemos que, ainda que este último tenha "falado" mais ao *Correio*, a visibilidade do promotor foi maior, já que a quantidade de linhas também engloba o número de aspas publicadas.

A visibilidade de Ricardo Antônio de Souza também pode ser conferida em termos de imagem. Sua imagem foi publicada oito vezes no jornal. Em números absolutos, não perde para nenhum outro personagem e empata com a quantidade de fotos do prédio da Finatec.

A presença do reitor Timothy Mulholland na narrativa foi marcada pela publicação de fotos pelo jornal. Enquanto ele adotou a estratégia de não se manifestar, o *Correio Braziliense* sempre fez questão de publicar imagens destacadas do reitor nas matérias sobre as denúncias contra a Finatec, ainda que ele não fosse o personagem principal.

O lugar que Mulholland poderia ter usado para se defender foi ocupado por outros atores. O *Correio Braziliense* substituiu seu silêncio por fotos. Se ele não se posicionava verbalmente na mídia, as imagens escolhidas pelo jornal ajudavam a contextualizar o assunto, mas não favoreciam o reitor. O veículo só publicou uma foto do presidente do Conselho Superior da Finatec, Antônio Manoel Dias Henriques. Durante o episódio, o diário não publicou nenhuma foto de outro diretor da fundação. Timothy Mulholland havia sido escolhido como ícone das denúncias. A dimensão simbólica do cargo que ocupava, aliado aos gastos com a mobília de luxo, eram suficientemente interessantes para ilustrar as notícias.

Na nossa análise, demonstramos que o mês de fevereiro concentrou a maior quantidade de matérias sobre o Caso Finatec. Ao todo, foram publicadas 27, de um total de 43 notícias. Foi também nessa época em que a presença das fontes determinou o delineamento desse acontecimento. Consideramos que o auge do caso ocorreu neste mês, já que nos seguintes, o tema ganhou contornos mais políticos. Em março, o assunto foi reportado oito vezes na editoria de Política e cinco no Caderno de Cidades, deixando de ser tratado apenas sob a ótica da denúncia. Como o caso já vinha sendo destaque na mídia nacional, os parlamentares decidiram investigar a Finatec e os envolvidos nas denúncias do MPDFT com o objetivo de chamar a atenção para os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs).

A categoria presença-período, examinada no capítulo 5, revela por que o mês de fevereiro pôde ser o determinante no que concerne à visibilidade das fontes: foi esse período o

mais utilizado pelo jornal, dedicando mais espaço ao assunto. Notamos que o embate dos principais atores dessa narrativa, pela defesa de suas versões e por uma espaço na mídia, ocorre intensamente nessa época. Mais uma vez, o reitor Timothy Mulholland perde espaços. Em números absolutos, foi o único ator a reduzir sua presença na narrativa. Do total de sete aparições, duas foram feitas em fevereiro; outras duas em janeiro e três em março. A participação de todos os atores aumenta.

O advogado da Finatec, Francisco Caputo Neto só aparece nas páginas do *Correio Brasiliense* no segundo mês do ano. Foram 11 vezes. Por outro lado, o promotor Ricardo Antônio de Souza, foi o único a marcar presença na narrativa ao longo dos quatro meses do Caso Finatec, ainda que, como Caputo, sua presença tenha sido maior em fevereiro, também 11 vezes.

Defendemos que o jogo de ações: ação e reação dos autores-personagens em relação ao que era divulgado na mídia, definiu as estratégias e as performances de cada ator. Os atores buscaram se posicionar em relação aos fatos, principalmente, se dirigindo à imprensa. Embora tenha dito que, por uma questão estratégica, o melhor embate é o mais curto, Ricardo Antônio de Souza foi o principal condutor das ações desse acontecimento. Foi o responsável pela divulgação das informações que originaram esse episódio. Ele estava sempre preparado para suprir a imprensa e determinados jornalistas com informações que pudessem manter esse acontecimento em evidência, e conseqüentemente, garantir que sua versão sempre fosse publicada.

O advogado da Finatec, Francisco Caputo Neto, ao assumir a defesa da entidade, mudou a estratégia em curso. Em vez de redigir comunicados, se dirigia diretamente à imprensa. O resultado foi a conquista de mais espaço na narrativa. O reitor da UnB, por sua vez, ao escolher não conceder entrevistas e se defender por meio da sua assessoria, foi desaparecendo das páginas do jornal. No entanto, sua imagem continuava associada aos gastos excessivos com a mobília de luxo. O silêncio reduziu sua visibilidade, mas aumentou a exposição negativa.

Compreender o processo de produção da notícia pode ser uma vantagem na conquista de visibilidade nos noticiários. Ser personagem de um acontecimento não é suficiente para se tornar ator da história. Para garantir seu espaço na narrativa, e que sua versão sobre o fato seja reportada, os atores precisam agir estrategicamente.

Ainda que não tenham resultado em um aumento direto e proporcional de visibilidade nas páginas dos jornais, as performances dos atores pela defesa de suas versões na mídia influenciaram o grau de exposição de cada um na narrativa do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec.

As ações desenvolvidas pelo promotor, ao longo de todo o percurso do acontecimento, lhe garantiram o papel de fonte e protagonista absoluto da narrativa. O advogado da Finatec, Francisco Caputo Neto, pode não ter conseguido impor sua versão sobre os fatos, mas obteve espaço suficiente para defender a Finatec das acusações do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. A falta de posicionamento do reitor Timothy Mulholland, por sua vez, não garantiu sua ausência nos noticiários. Pelo contrário. Ao não se manifestar, criou uma demanda ainda maior por informações. O *Correio Braziliense* optou por supri-las através da associação de suas imagens às denúncias contra a Finatec.

Nosso último objetivo era demonstrar que, em casos de denúncias como no Caso Finatec, a relação entre *news promoters* e *news assemblers* pode ser determinada antes pelo tipo de necessidade e interesse da fonte na produção de um acontecimento do que por uma negociação de interesses, como fontes diferenciadas, a exemplo do promotor Ricardo Antônio de Souza, agem para manter um acontecimento em evidência.

Até o dia 23 de janeiro de 2008, data da primeira coletiva realizada pela assessoria de imprensa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para divulgar as irregularidades na Finatec, a imprensa não tratava do assunto. Havia mais o interesse do órgão e dos promotores do MPDFT em divulgar os resultados e os rumos da investigação do que a necessidade da imprensa por mais um fato novo. No entanto, os promotores sabem da importância que a imprensa dá as informações prestadas por eles. São superfontes e, como tal, facilitam o trabalho do repórter ao fornecer informações oficiais e confiáveis. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apresentou a pauta, prontamente aceita pelos meios de comunicação.

No dia seguinte à coletiva de imprensa, as informações e as versões fornecidas pelos promotores estavam reportadas no Caderno Cidades do *Correio Braziliense*. Daquela notícia em diante, o promotor Ricardo Antônio de Souza esteve sempre disposto a prestar esclarecimentos e a fornecer. Embora tivesse a assessoria de imprensa do órgão para se relacionar com os jornalistas, preferia o contato direto. Como pode ser observado na entrevista, o promotor selecionava os repórteres com que falava. Não repassava as informações que dispunha a todos.

Era criterioso. Sabia que ao restringir a divulgação de determinadas informações poderia obter mais destaque nos jornal e construir uma relação de mais proximidade com os jornalistas.

Os repórteres e os editores do *Correio* tinham acesso direto ao promotor. Embora Ricardo Antônio de Souza tenha acentuado que o relacionamento entre ele e os jornalistas era de confiança, definitivamente, o que baseia essa relação entre *news promoters* e *news assemblers* é o interesse. Em primeiro lugar, o do promotor, em divulgar suas atividades para obter apoio e legitimidade na continuidade das investigações. Depois, do próprio *Correio Braziliense*, que dadas as características desse episódio e a facilidade com que obtinha as informações, não haveria motivo para não reportar o que ocorria. Era cômodo, do ponto de vista noticioso, não ter que verificar a veracidade das informações já que a fonte era altamente confiável. Em casos como esse, é perigoso que os jornalistas acabem por transmitir para as superfontes a responsabilidade sobre a veracidade das informações que se tornam notícia.

Na maioria das matérias do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec, a narrativa é baseada apenas nas informações prestadas pelo promotor Ricardo Antônio de Souza. A comodidade na obtenção da informação se torna arriscada, principalmente se a fonte, como ocorreu, percebe que tem o poder de influenciar quase que integralmente a redação do jornalista e fazer com que sua versão seja a predominante.

Manuel Pinto afirma que o contato excessivo entre fontes e jornalistas pode causar uma "interiorização da lógica das fontes", de modo que os jornalistas deixam de atuar em busca dos fatos e passam a trabalhar reportando, principalmente, as informações que as fontes lhes repassam.

Com base no que foi explicitado anteriormente, podemos afirmar que as nossas três hipóteses estavam corretas: o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), representado pelo promotor Ricardo Antônio de Souza, foi a principal fonte do *Correio Braziliense* na narrativa sobre Caso Finatec.

A Finatec e seus representantes não conseguiram dar visibilidade as suas versões dos eventos na mesma proporção que o MPDFT, embora o advogado Francisco Caputo Neto tenha tido mais declarações diretas (aspas) publicadas do que Ricardo Antônio de Souza. Isso se deve, em parte, à posição dele na narrativa e ao fato de o *Correio Braziliense* lhe conceder espaços apenas para cumprir a tarefa 'burocrática' de ouvir o "outro lado da história". Ou seja, para que

eles explicassem ou se defendessem. E, finalmente, que o *Correio Braziliense* agiu passivamente em relação às informações divulgadas pelos promotores do MPDFT.

Dessa forma, respondemos positivamente à pergunta inicial dessa pesquisa: o promotor, Ricardo Antônio de Souza, enquanto fonte – definidor primário e promotor da informação/*news promoter,* – influenciou a cobertura do *Correio Braziliense* sobre o Caso Finatec? Defendemos que ele não apenas influenciou a cobertura, mas agiu de modo a interferir no transcurso do acontecimento, na medida em que atuou estrategicamente no fornecimento de informações, dados e documentos divulgados sem a realização de uma apuração aprofundada por parte dos jornalistas. A atuação do promotor foi determinante para a configuração desse acontecimento. É claro que isso ocorreu em virtude da relevância da sua função, mas acreditamos que, se os repórteres não tivessem se limitado às versões – pessoais ou vestigiais – fornecidas por ele, é provável que estivéssemos tratando de uma narrativa jornalística diferenciada, mais receptiva e atenta a outros pontos de vistas e não apenas centrada nas afirmações e informações de uma só fonte. É claro que o comportamento reativo e, muitas vezes, omisso, dos demais atores, também interferiu na narrativa, mesmo que negativamente.

O jornalismo é uma atividade baseada em fatos e versões. Se o profissional da notícia deixa, conscientemente, que a versão de um ator se sobreponha a dos demais por uma questão de comodidade de acesso a informações, o resultado do seu trabalho, as notícias, é perigosamente afetado.

A tarefa de intérprete da realidade e de reportador dos acontecimento é deixada de lado e as notícias ficam subordinadas à lógica de uma fonte e às suas definições. Ou seja, a disputa política e simbólica pela conquista de um espaço na mídia deixa de ser aberta a todos os atores, ainda que os jornalistas precisem reportar suas versões – o outro lado da história – para conferir confiabilidade àquela que será a dominante. Não se trata de manipulação, mas de um acordo entre as fontes e os mediadores sociais com benefícios para ambos: elas garantem o fornecimento de informações credíveis e, em muitos casos, exclusivas para a produção de notícia.A mediação é feita em função desse ator social.

Essa pesquisa não esgota nossos questionamentos acerca das relações entre *news promoters* e *news assemblers* e, tampouco, nos fornece qualquer afirmação conclusiva acerca do comportamento das fontes, sejam elas definidoras primárias ou não. O resultado da nossa pesquisa é apenas uma indicação do que pode ocorrer em casos específicos, como o de

denúncias, envolvendo superfontes, como os promotores do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), por exemplo. Não podemos assegurar que nossas considerações são extensivas a outros casos, mas também não podemos descartá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcion de la noticia. Barcelona: Paidós, 1996, 2ª edição.*

BERGER,Christa e MOTTA G. Luiz. *Narrativa jornalística: a história de Lula contada pelos jornais espanhóis*. Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 21. Agosto 2003

BERGER, Peter L.*A construção social da realidade:tratado de sociologia do conhecimento*. Por Peter L. Berger e Thomas Luckmann. 29 ed; tradução de Floriano de Souza Fernandes.Petrópolis,Vozes,2008.248p.

BIANCHI, Álvaro,org. *Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann,2008. 128p (Coletânea de textos de Henrique Carneiro, Ruy Braga e Álvaro Bianchi).

BOORSTIN, Daniel – *L'Image.* Union Générale d'Éditions, Col.10/78. Paris, 1971. Trad. L.C Martino, fotocópia , Brasília, 2003.

BRAITH, Beth. *A personagem*. São Paulo: Ática,1985.

CAMPOS, Flávio de. *Roteiro de cinema e televisão: a arte e a técnica de imaginar,perceber e narrar uma estória*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.,2007

CHAIA,Vera. *Democracia e Escândalos Políticos*. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001 São Paulo em Perspectiva.

CHALUB, Samira. *Funções da Linguagem*. São Paulo: Ática, 1987.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *A revolução das fontes*. O Xis da Questão (blog). Disponível em: <www.oxisdaquestao.com.br/integra_integra.asp?codigo=98> Acesso em 15 de outubro de 2009.

COELHO P. N, Claudio e CASTRO J. Valdir (orgs). *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus,2006,209 p.

DINES, Alberto. *O papel do Jornal: uma releitura*. 4.ed. São Paulo:Summus.1986.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti . *Pesquisa Aplicada na área de Português para falantes de outras línguas: procedimentos metodológicos*. *In* José Carlos Paes de Almeida Filho e Maria Jandyra Cavalcanti Cunha. *Projetos Iniciais em Português para falantes de outras línguas*. Editora UnB/Pontes, 2007.

FIELD,Syd.*Manual do Roteiro. Os fundamentos do texto cinematográfico*. Rio de Janeiro; Objetiva, 2001.

FORNI, J. J.; MEDEIROS, A. . *Manual de Imprensa - Guia para entender e aperfeiçoar o relacionamento com a imprensa.* 1. ed. Brasília: Charbel, 2000. v. 1. 24 p.

GIL,Antônio Carlos.*Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.*6.ed. São Paulo:Atlas,2008.

GOMES,Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus,2004.

***GUAZINA,* Liziane e *MOTTA,* Luiz G.** *O conflito como categoria estruturante da narrativa política.*Compós, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar:como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.*5.ed.Rio de Janeiro:Record,2001.

HALL, **Stuart ET e AL**. *A produção social das notícias: o mugging nos media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo:* questões, teorias e histórias. Lisboa: Veja, 1994.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: BENETTI, Marcia;LAGO, Cláudia. *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

JOHN B. Thompson. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes,2002.

KIENTZ,Albert. *Comunicação de Massa: Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro Eldorado,1973.

KUNCZIK, **Michael**. *Conceitos de Jornalismo de Norte a Sul*. São Paulo: Edusp, 2001.

LAGE, **Nilson**. *Estrutura da notíci*a. 3ª edição. São Paulo: Ática,1993.

_____.*Linguagem jornalística*.7ª edição. São Paulo: Ática,2003.

LAGO*, Cláudia**; ***BENETTI, **Marcia**. *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis,RJ: Voze,2007.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia.Jornalismo como produção social da segunda natureza.* São Paulo: Ática,1986.

MARQUES, Luis Henrique. *Teoria e prática da redação para jornalismo impresso*. Bauru: Edusc, 2003.

MEDINA, Cremilda. *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ª edição. São Paulo: Summus,1988.

MOLOTCH Harvey e LESTER Marilyn. *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*. In Nelson Traquina Jornalismo: questões, teorias e «estórias». Lisboa: Vega(1994).

MORIN, **Edgar**. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

MORETZSOHN, **Sylvia**. *Pensando contra os fatos – jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*.Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOTTA, Luiz G. *Narratologia. Teoria e Análise da Narrativa Jornalística*.Brasília: Casa das Musas, 2005.96 p.

_____. *Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente.* Artigo apresentado no IV Colóquio Espanha- Brasil de Ciências da Comunicação realizado em Málaga, Espanha. Abril de 2006.

_____. Notícias *do Fantástico. Jogos de linguagem na comunicação jornalística*. Editora Unisinos,2006.

_____. *Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico* in *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

MOUILLAUD, **M**. e **PORTO**, **S. D. (org.)** (2002) *O Jornal: da forma ao sentido*. Ed. UnB, Brasília, 2002. Coleção Comunicação,2.

NASCIMENTO,Solano. *Jornalismo sobre investigações: relações entre o Ministério Público e a Imprensa*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília: UnB,2007.

PÁDUA, ELISABETE M. *Manual de Metodologia da pesquisa: abordagem teórico*

prática. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000, 120 p.

PEREIRA JR., Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. 2 ª. ed- Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PEREIRA JR.,Luiz Costa. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. 2 ed.Petrópolis, RJ: Vozes,2009.

PINTO Manuel. *Fontes jornalísticas: contribuições para o mapeamento do campo*. In Comunicação e Sociedade, Vol 14 (1-2), Braga: Universidade do Minho, 2000, p. 277-294.

Portifólio Comercial do *Correio Braziliense*. Ano 2008.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa.* S. Paulo: Ática, 1989

RESENDE Fernando. *Comunicação e Complexidade no Espaço Público Contemporâneo*. Revista On-line Unileste-MG, volume 1, 2004.

REUTER,Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. 2 ed. Rio de Janeiro:DIFEL,2007.190p.

RODRIGUES,Duarte Adriano. *O Acontecimento*. In Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias" Org. Nelson Traquina. Coleção Comunicação & Linguagem. 1ª edição.Lisboa Vega,1994.

SERVA,Leão. *Jornalismo e Desinformação*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo,2001.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a Mídia?* 2ª edição : outubro de 2005. São Paulo: Edições. Loyola, 2002.

SODRÉ MUNIZ. *A Narração do Fato. Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis,RJ:Vozes,2009.

_____. *Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo: Summus,1986.

THOMPSON, J. B. *O escândalo político – poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Editora Veja, 26 de Novembro. 2008, p 82-83.

_____. *Coleção Comunicação e Linguagem*. 1ª edição. Vega,1993.

_____. Teorias do Jornalismo. *A Tribo jornalística- uma comunidade interpretativa transacional*. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, **Mauro**. *Teorias da Comunicação*. 4ª edição, Lisboa,1995.

JORNAIS
(Por ordem cronológica)

GOULART, Guilherme. *Prejuízo à ciencia e tecnologia.*In *Correio Braziliense*, 24 de janeiro de 2008

KLINGL, Erika. *Prazo para nova denúncia***.** In *Correio Braziliense*, 25 de janeiro de 2008.

MADER, HELENA. Justiça afasta apenas um diretor. In *Correio Braziliense*, 08 de fevereiro de 2008.

KLINGL,Erika; VITÓRIA, *Maria. Protesto na UnB***.** In *Correio Braziliense*, 10 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika *Senado quer ouvir reitor***.** In *Correio Braziliense*, 12 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika. *Reitor deixa imóvel de luxo*.In *Correio Braziliense*, 13 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika; **SALLUM Samanta**. *Estranhas pesquisas*. In *Correio Braziliense*, 14 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika; SALLUM Samanta. *Diretores trocam acusações***.** In *Correio Braziliense*, 14 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika. *Dinheiro misterioso***.** In *Correio Braziliense*, 15 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika;**MONTENEGRO,Érica**. *Justiça Intervém e afasta diretoria*. In *Correio Braziliense,* 16 de fevereiro de 2008.

KLINGL, Erika;**MONTENEGRO,Érica**.*Sem data para julgar ação*. In *Correio Braziliense*, 16 de fevereiro de 2008.

MADER Helena, CAMPOS, Ana Maria e GÓIS DE, Edma Cristina. *Polícia na Finatec*. In *Correio Braziliense*, 17 de fevereiro de 2008.

ALVES, Renato;**KLINGL, Erika.** *Ciencia na bancada do abandono*. In *Correio Braziliense*, 17 de fevereiro de 2008.

MADER, Helena. *Começa a intervenção na Fintec*. In *Correio Braziliense*, 18 de fevereiro de 2008.

MADER, Helena. *Pente-fino da documentação.* In *Correio Braziliense*, 19 de fevereiro de 2008.

MADER, Helena. *Dinheiro para uso público*. In *Correio Braziliense*, 19 de fevereiro de 2008.

ALVES, Renato; MADER, Helena e SALLUM,Samanta. *Reação contra o interventor.* In *Correio Braziliense*, 20 de fevereiro de 2008.

ALVES, Renato; MADER, Helena. *A multiplicação da gastança*. In *Correio Braziliense*, 20 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Marcelo.*Carona para sair do marasmo*. In *Correio Braziliense*, 20 de fevereiro de 2008.

MONTENEGRO, Érica. *Interventor demitido*. In *Correio Braziliense*, 21 de fevereiro de 2008.

MADER, Helena. *Saída de Timothy divide a UnB*. In *Correio Braziliense*, 21 de fevereiro de 2008.

ALVES, RENATO.*Dinheiro liberado*. In *Correio Braziliense*, 21 de fevereiro de 2008.

TELES,ELISA. *Candidatos reclamam da lista pela internet.* In *Correio Braziliense*, 21 de fevereiro de 2008.

ALVES, Renato. *Pesquisa no Closet.* In *Correio Braziliense*, 22 de fevereiro de 2008.

MADER,Helena;MONTENEGRO,Érica.*Fundação sob novo comando.* In *Correio Braziliense*, 22 de fevereiro de 2008.

CAMPOS,Ana Maria; MADER, Helena.*Polícia no centro da Polemica.* In *Correio Braziliense*, 22 de fevereiro de 2008.

MONTENEGRO,Érica. *Rédea curta na fiscalização.* In *Correio Braziliense*, 23 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Marcelo.*Convênios sob suspeita.* In *Correio Braziliense*, 25 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Marcelo.*Finatec é outro alvo.* In *Correio Braziliense*, 25 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Marcelo.*CPI das ONGs patina e não investiga a Finatec.* In *Correio Braziliense*, 27 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Marcelo *Reitor da UnB terá de se explicar na CPI das ONGs.* In *Correio Braziliense*, 28 de fevereiro de 2008.

ROCHA, Marcelo.*São Paulo rompe contrato.* In *Correio Braziliense*, 29 de fevereiro de 2008.

KRIEGER,Gustav*o*.*Contratos dispensam licitação.* In *Correio Braziliense*, 03 de março de 2008.

ROCHA, Marcelo.*Explicação Insatisfatória.* In *Correio Braziliense*, 05 de março de 2008.

COLLON, Leandro; ROCHA,Marcelo.*Parece, mas não é.* In *Correio Braziliense*, 06 de março de 2008.

Alunos marcam protesto. In *Correio Braziliense*, 11 de março de 2008.

MONTENEGRO,Érica.*Protesto pela saída do reitor.* In *Correio Braziliense*, 13 de março de 2008.

CPI das ONGs adia reunião. In *Correio Braziliense*, 13 de março de 2008.

BERNARDES, Adriana; MADER, Helena.*MP faz auditoria em outra fundação ligada à UnB.* In *Correio Braziliense*, 20 de março de 2008.

TCE condena contratos. In *Correio Braziliense*, 25 de março de 2008.

TORRES,Izabelle.*Promotor contesta dirigente da Finatec.* In *Correio Braziliense*, 26 de março de 2008.

COLLON, Leandro. *Oposição busca CPI paralela.* In *Correio Braziliense*, 28 de março de 2008.

ALVES,Renato.*Viagens com dinheiro dos índios* In *Correio Braziliense*, 30 de março de 2008.

ALVES,Renato.*R$ 65 mil para passagens e festas* In *Correio Braziliense*, 30 de março de 2008.

ALVES,Renato.*Contratados entrem em greve.* In *Correio Braziliense*, 01 de abril de 2008.

MADER,Helena; VELEDA,*Raphael.Reitoria ocupada.* In *Correio Braziliense*, 04 de abril de 2008.

REVISTAS

FILGUEIRAS,Sonia.*Os brasileiros do ano*. In *Istoé*,02 de janeiro de 2000.

PEREIRA, Camila.*A condenação do Torquemada*. In *Veja*,28 de maio de 2007.

RAMOS,Murilo. *O promotor descolado*. In *Época*,20 de maio de 2008.

SITES

Fundações de Apoio. Disponível em <www.portal.mec.gov.br> .Acesso em 03 de novembro de 2009.

NUNES, Ricardo. A Importância da Imagem. In Sétubal na Rede. Disponível em <www.setubalnarede.pt/> Acesso em:12 de janeiro de 2010

Move Brasil.Manifesto em Defesa da UnB. Disponível em < www.movebr.wikidot.com/ocupa-unb-08:manifestos:em-defesa-da-unb> Acesso em 11 de outubro de 2009.

Perseguição Política**.** Editorial, O Estado de S. Paulo. Disponível em <www.eagora.org.br/arquivo/perseguicao-politica**>** **.** Acesso em 30 de novembro de 2009.

Portal da Finatec. Disponível em < www.finatec.org.br> Acesso em: 11 de outubro de 2008

08 de janeiro de 2009.

Portal do Ministério Público da União. Disponível em <www.mpu.gov.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2009.

RESENDE Fernando. *Comunicação e Complexidade no Espaço Público Contemporâneo.*

Revista On-line Unileste-MG, volume 1, 2004. Disponível em: <wwwunilestemg.br/revistaonline/volumes/01/downloads/artigo_23.doc>. Acesso em: 15 de dezembro de 2009.

Site do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios <www.mpdft.gov.br> Acesso em: 08 de janeiro de 2009.

Site Oficial do *Correio Braziliense*. Disponível em < www.diariosassociados.com.br/> Acesso em: 09 de dezembro de 2009.